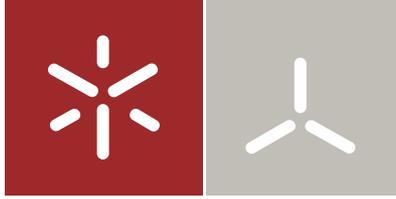


Universidade do Minho
Escola de Arquitectura, Arte e Design

Isidro Covas da Costa

Sobre um passado presente:
Narrativa visual das aldeias serranas do
Parque Nacional Peneda-Gerês



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura, Arte e Design

Isidro Covas da Costa

Sobre um passado presente:
Narrativa visual das aldeias serranas do
Parque Nacional Peneda-Gerês

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Pedro Jorge Monteiro Bandeira

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Agradeço,

À Sofia por ter embarcado nesta experiência comigo, sem quem não seria possível enfrentar as dificuldades e desafios.

À minha família e amigos, em especial às minhas irmãs, por toda a motivação e carinho.

Ao Professor Pedro Bandeira, pela disponibilidade e orientação.

Por último, obrigado a todas as pessoas que me apoiaram e ajudaram ao longo da viagem pela Peneda-Gerês.

Resumo

A presente investigação pretenderá estudar as mais diversas intervenções do ser humano na região do Parque Nacional Peneda-Gerês. Servir-se-á da imagem fotográfica como instrumento de análise, com o propósito de criar uma narrativa sobre a ocupação secular da paisagem, e conseqüentemente da relação entre as suas gentes e o território. Assim, refletir-se-á sobre a necessidade de reconhecer com o olhar o território para assim melhor entendê-lo.

Num primeiro momento procurar-se-á com esta investigação compreender a realidade do mundo rural, que se tem fragilizado progressivamente. Desta forma a narrativa visual retratará as várias intervenções na paisagem das populações de montanha, desde a pequena até à grande escala. A permanência no lugar permitiu compreender melhor a complexidade do meio rural, o que resultará num olhar demorado e repetido sobre as montanhas da Peneda-Gerês.

Por fim, complementar-se-á à missão fotográfica antes realizada, com uma proposta de revitalização de técnicas tradicionais que apenas existe na memória de algumas pessoas. O projeto pretenderá incluir a população residente na Aldeia de Vilarinho de Souto, resultando numa atividade participativa, que visa reconhecer a importância da intervenção tanto para a comunidade como também para a própria dissertação.

Palavras-chave: Peneda-Gerês, Paisagem, Mundo Rural, Fotografia, Canastro de Varas.

Abstract

This research will aim to study the most diverse human interventions in the region of Peneda-Gerês National Park. It will use the image as an instrument of analysis, with the purpose of creating a narrative about the secular occupation of the landscape, and consequently the relationship between its people and the territory. Thus, we will reflect on the need to recognize the territory with a view to better understand it.

Initially, this research will seek to understand the reality of the rural world, which has been progressively weakened. In this way the visual narrative will portray the various interventions in the landscape of mountain populations, from the small to the large scale. The stay in the place allowed to better understand the complexity of the rural environment, which will result in a lengthy and repeated look over the mountains of the Peneda-Gerês.

Finally, shall complement the photographic mission previously undertaken, in an exercise to revitalize traditional techniques that only exists in the memory of some people. The proposal intends to include the population living in the village of Vilarinho de Souto, resulting in a participatory activity, which aims to recognize the importance of the intervention both for the community and for the dissertation itself.

Keywords: Peneda-Gerês, Landscape, Rural World, Photography, Canastro de Varas.

Índice:

Introdução	p.01
Peneda-Gerês, Uma Paisagem Protegida	
Descoberta da Paisagem	p.46
Proteção e Conservação	p.54
Marcas na Paisagem	
Fragmentos da Viagem	p.64
Vestígios de Ocupação	p.72
Proposta de Intervenção	
Canastros de Varas	p.132
Eira de Vilarinho de Souto	p.140
Conclusão	p.147
Referências	p.157
Imagens	p.161





Introdução

A fotografia, enquanto instrumento, contribuiu para introduzir diferentes imaginários do mundo, tornando-se no principal meio de comunicação. Pela forma que esta evoluiu em relação à representação de arquitetura, os fotógrafos assumiram assim um valor mediático na sua divulgação e compreensão. O uso das diferentes técnicas como a composição, o enquadramento e o detalhe influenciaram na forma como entendemos muitas das obras de arquitetura, manipulando a sua perceção espacial. A imagem, um fragmento estático, é a ferramenta essencial para consumir tanto a arquitetura como a paisagem, onde criamos juízos de valor reais e imaginados.¹

Já no final do séc. XIX o estado francês considerou a fotografia como um bem de serviço público. No caso da Mission Héliographique, documentou-se e classificou-se os monumentos mais relevantes em toda a França de modo a restaurá-los. Nos Estados Unidos, a Farm Security Administration (1930-40) expôs os efeitos na paisagem após a primeira grande crise capitalista, alertando para a pobreza rural americana. Tendo como base estas missões anteriores, produziu-se a Mission Photographique de la DATAR (1984) visando refletir e impulsionar as políticas de ordenamento do território, focando-se nas alterações mais recentes da paisagem.²

No último século, os arquitetos modernos, recorreram constantemente à arquitetura vernácula, uma arquitetura sem estilo. Frank Lloyd Wright, Adoolf Loos e Le Corbusier são alguns dos nomes que mais contribuíram para a prática da arquitetura, baseando-se em construções com uma absoluta ausência de elementos ornamentais e supérfluos, afim de alcançar uma clara e singela resolução dos problemas. Os arquitetos analisavam as arquiteturas tradicionais ao longo das viagens que realizavam, como é o caso de Le Corbusier, em que se via, tanto nos desenhos como nas fotografias, o mesmo olhar minucioso. Alguns autores, como Giuliano Gresleri, afirmavam até que alguns dos desenhos foram feitos através de fotografias, o que era considerado uma fraude.³

No panorama português surge o inquérito da *Arquitectura Popular Portuguesa* (1955-61) que teve como base o livro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, trabalho realizado por Orlando Ribeiro, geógrafo e historiador português que fotografou exaustivamente o território nacional a partir de 1937. “Em três meses de deambulações, percorreram os seis grupos cerca de 50 000 quilómetros, de automóvel, de “scooter”, a cavalo e a pé. Detiveram-se em centenas de povoados, nos quais se fizeram cerca de 10 000 fotografias, centenas de desenhos e levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas”⁴, projeto este liderado por Keil do Amaral e Fernando Távora. Concentrando, assim, uma forte representação fotográfica da arquitetura popular com imagens retratam preocupações sociais da época. Tanto o inquérito à *Arquitectura Popular Portuguesa* como o

1 Sola-Morales, I. (1995). Terrain Vague. In Davidson, C. & Anyone Corporation., *Anyplace* (pp.118-123). Cambridge, MA: Mit Press.

2 Bandeira, P., et al. (2012). *Missão fotográfica, paisagem transgénica*. (1 st). Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

3 Machado, C. (Moderador), Belo, D., Rodríguez, J., Catrica, P., Collovà, R (Intervenientes). (2020). *Fotografia de Arquitectura: uma conversa a quatro vozes* [Conferência]. Porto: Casa da Arquitectura, Consultado em Agosto 28, 2021, em https://www.youtube.com/watch?v=6hbuA6V7-CI&ab_channel=CasadaArquitectura

4 Távora, F., et al. (2004). *Arquitectura Popular em Portugal*. (4th ed.). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.

Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, de Orlando Ribeiro, fixaram a imensidão e a qualidade de uma arquitetura que estava a desaparecer.⁵

Com a força do mundo digital as fotografias tornaram-se numa forma privilegiada de olhar para o território. A paisagem vista pelas lentes dos fotógrafos resulta de uma interpretação e numa própria expressão visual sobre um cenário, deixando de ser uma mera representação. Assim, esta investigação serve-se da imagem como instrumento de análise, com o propósito de criar uma narrativa sobre a ocupação secular da paisagem do Parque Nacional Peneda-Gerês (a partir de agora poderá também ser mencionado como Parque). As fotografias foram tiradas ao longo de 4 meses, com percursos planeados a pé e de carro de modo a visitar as várias montanhas e aldeias. A estadia no Parque de Campismo de Travanca garantiu um contacto quase diário com esta realidade, o que proporcionou criar um vasto arquivo de imagens (3114 fotografias), apesar de aqui ser apenas mostrado uma pequena porção. Além da permanência no lugar, o passar várias vezes pelas mesmas paisagens permitiu um olhar demorado e atento, que por sua vez, possibilitou retratar a complexidade e a profundidade do meio rural nas fotografias.

Assim, a investigação estrutura-se em três capítulos, cada um composto por dois subcapítulos que se dedicam a questões distintas, ainda que se completem:

O capítulo inicial, *Paisagem Protegida*, dedica-se ao estudo histórico do Parque Nacional Peneda-Gerês, tanto das suas características físicas como da sua própria criação e desenvolvimento. Primeiramente, foi necessário compreender o termo paisagem e o modo como o ser humano se tem vindo a relacionar com a mesma. Numa segunda parte faz-se uma contextualização histórica dos fatores que levaram à inauguração do Parque e da sua própria evolução até ao seu estado atual.

Geografia Humana, constitui o capítulo em que a fotografia tem um papel primordial na construção de uma narrativa, apoiando-se sempre em textos descritivos. As imagens, funcionam aqui, como uma arqueologia visual das diferentes intervenções do ser humano tanto do passado como as atuais. Pretende-se que o diálogo entre texto e imagem seja pragmático, mas também subjetivo a várias interpretações e reflexões. Este capítulo baseia-se numa extensa experiência do lugar, em que foram precisos meses para a recolha do levantamento fotográfico que serviram para esta análise.

Por último, o capítulo *Proposta de Intervenção* reage à narrativa anterior, num exercício de revitalização de técnicas tradicionais que apenas existe na memória de algumas pessoas. O projeto pretende incluir a comunidade residente na Aldeia de Vilarinho de Souto, assim, além de toda a análise realizada, também o conhecimento de quem lá vive pode e deve ser inserido no projeto, resultando numa atividade participativa.

⁵ Belo, D. (2012). *Portugal: Luz e Sombra: O País depois de Orlando Ribeiro* (1st ed.). Lisboa: Temas e Debates.











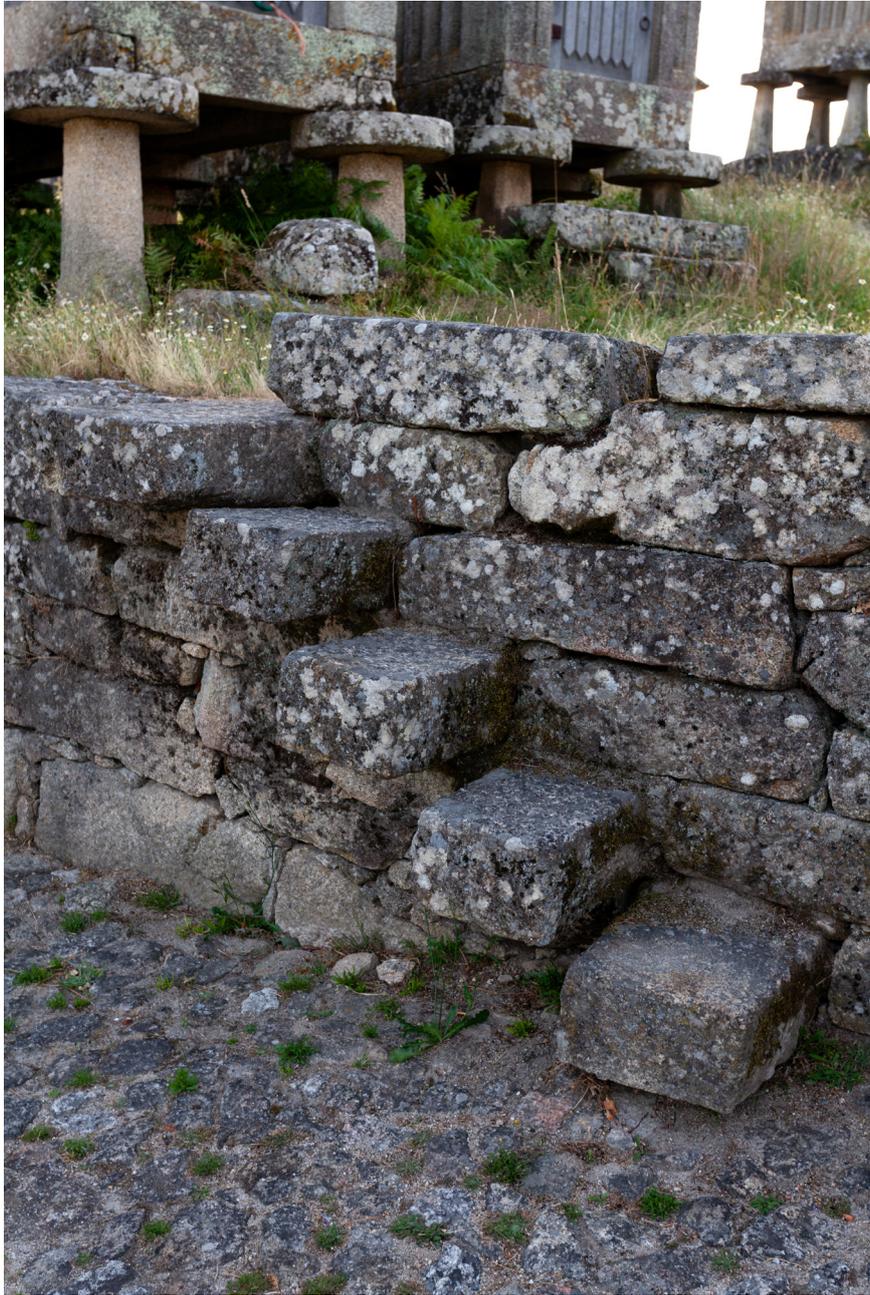


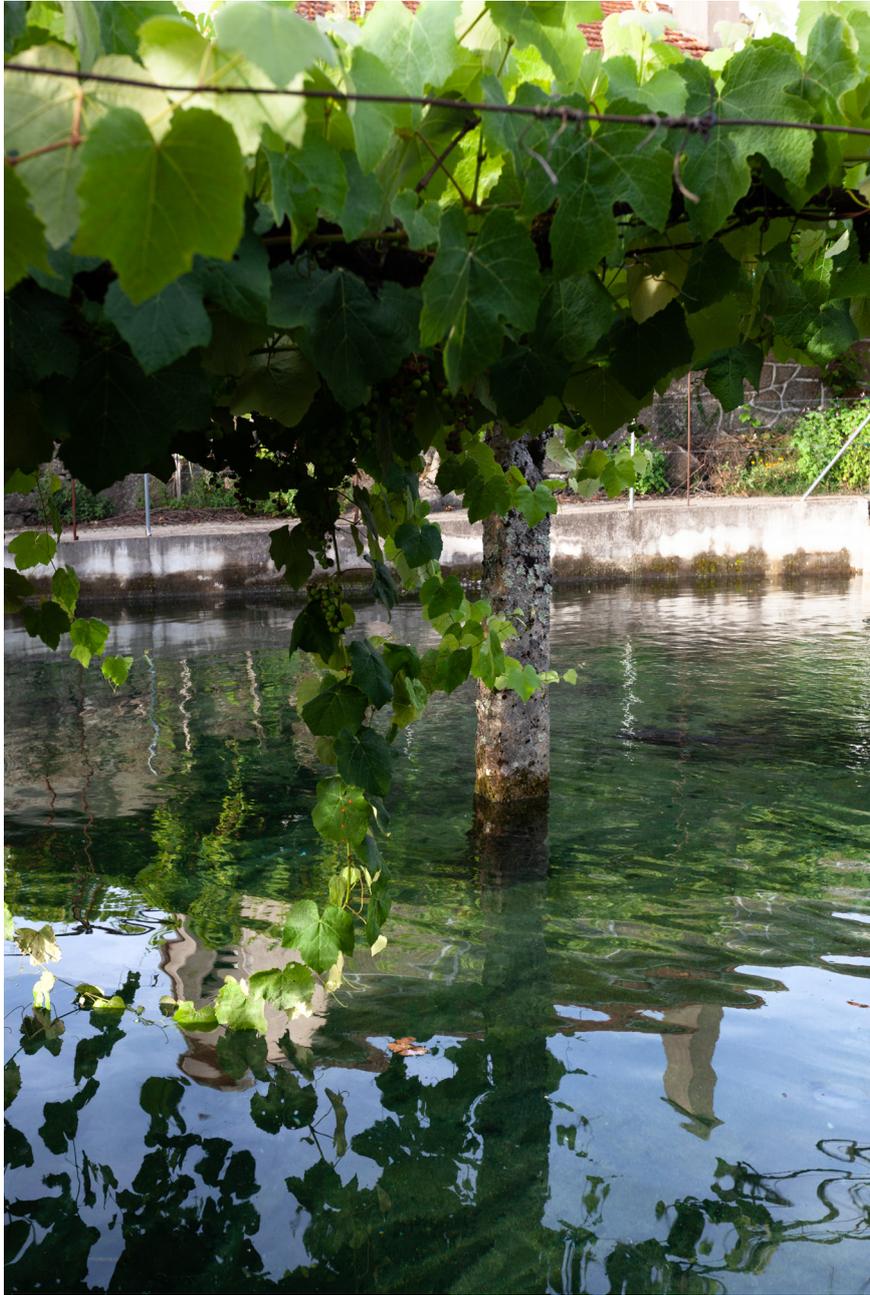








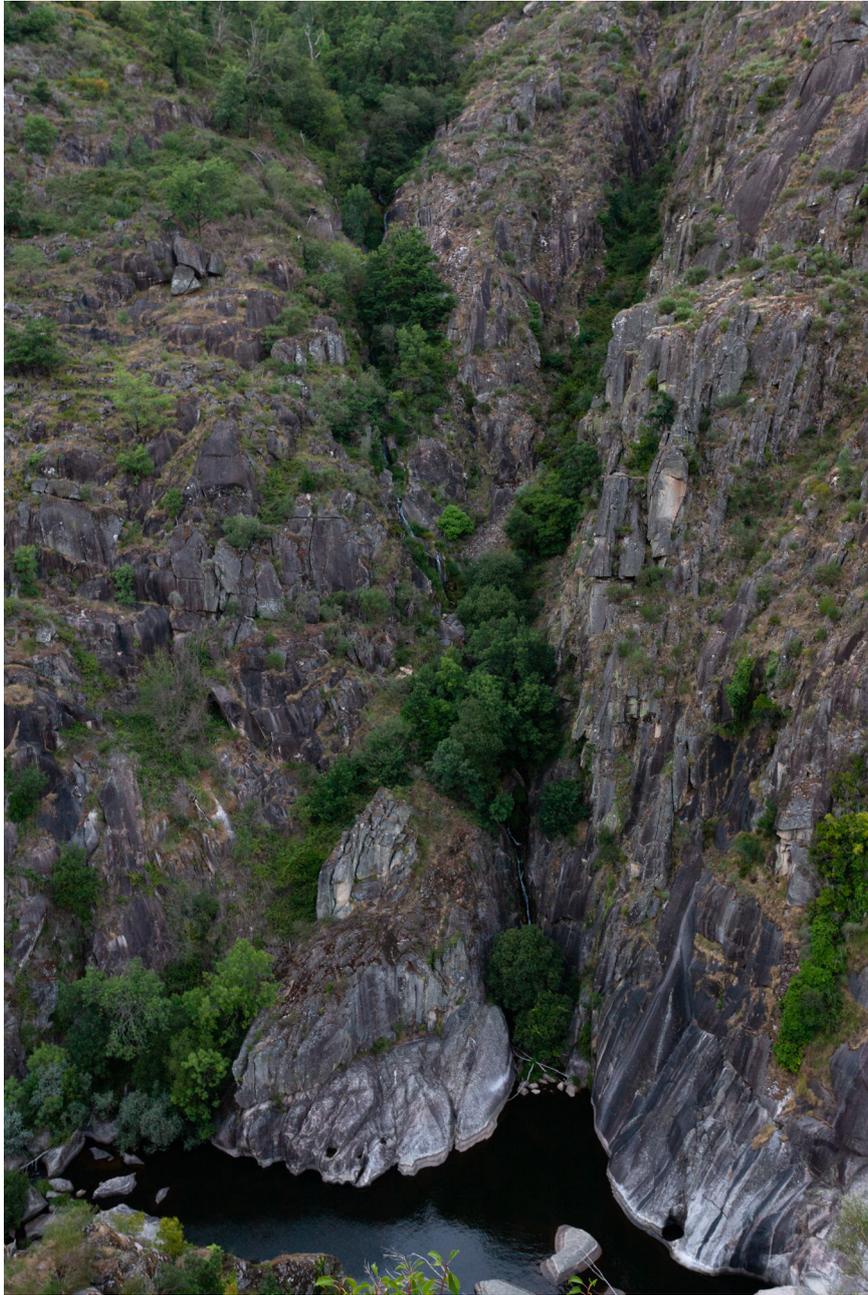








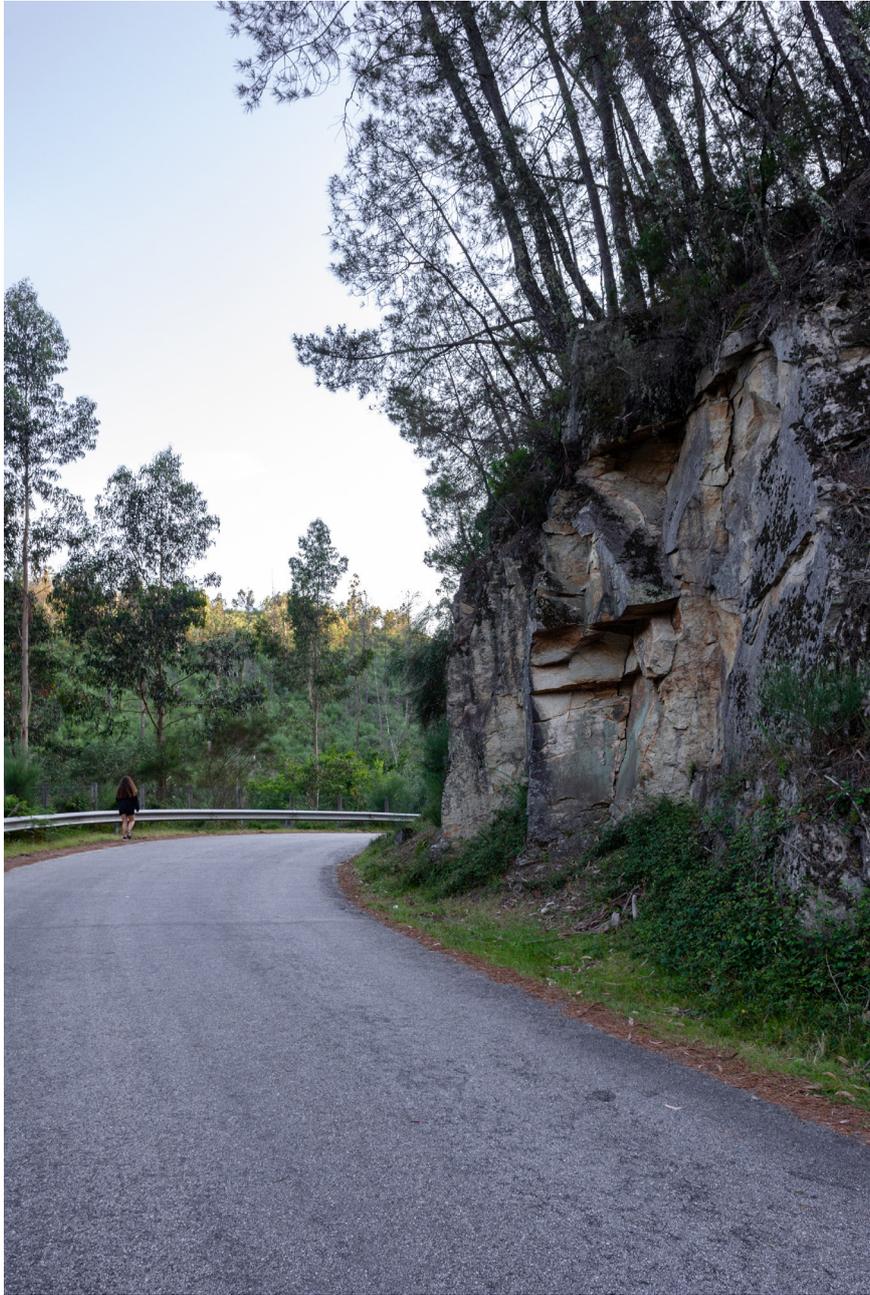


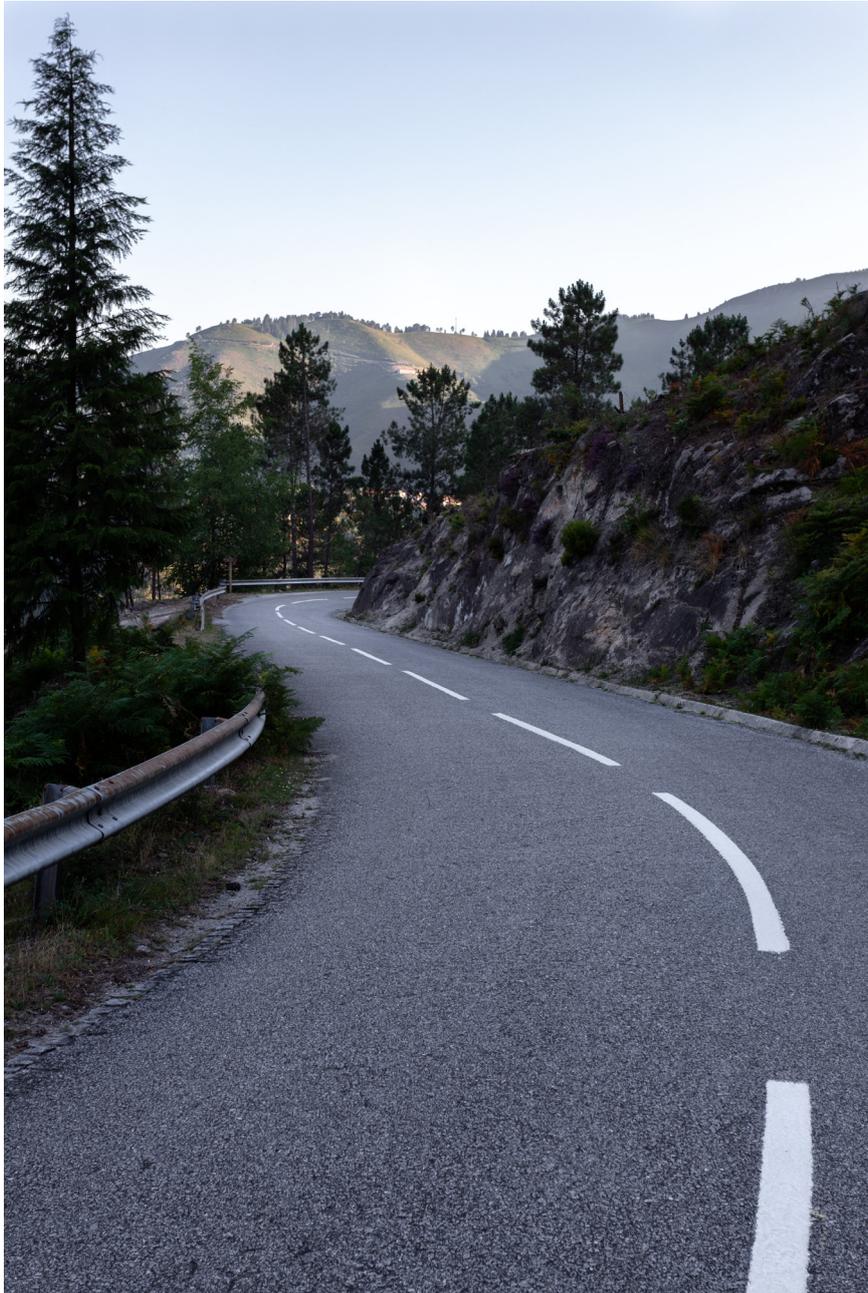






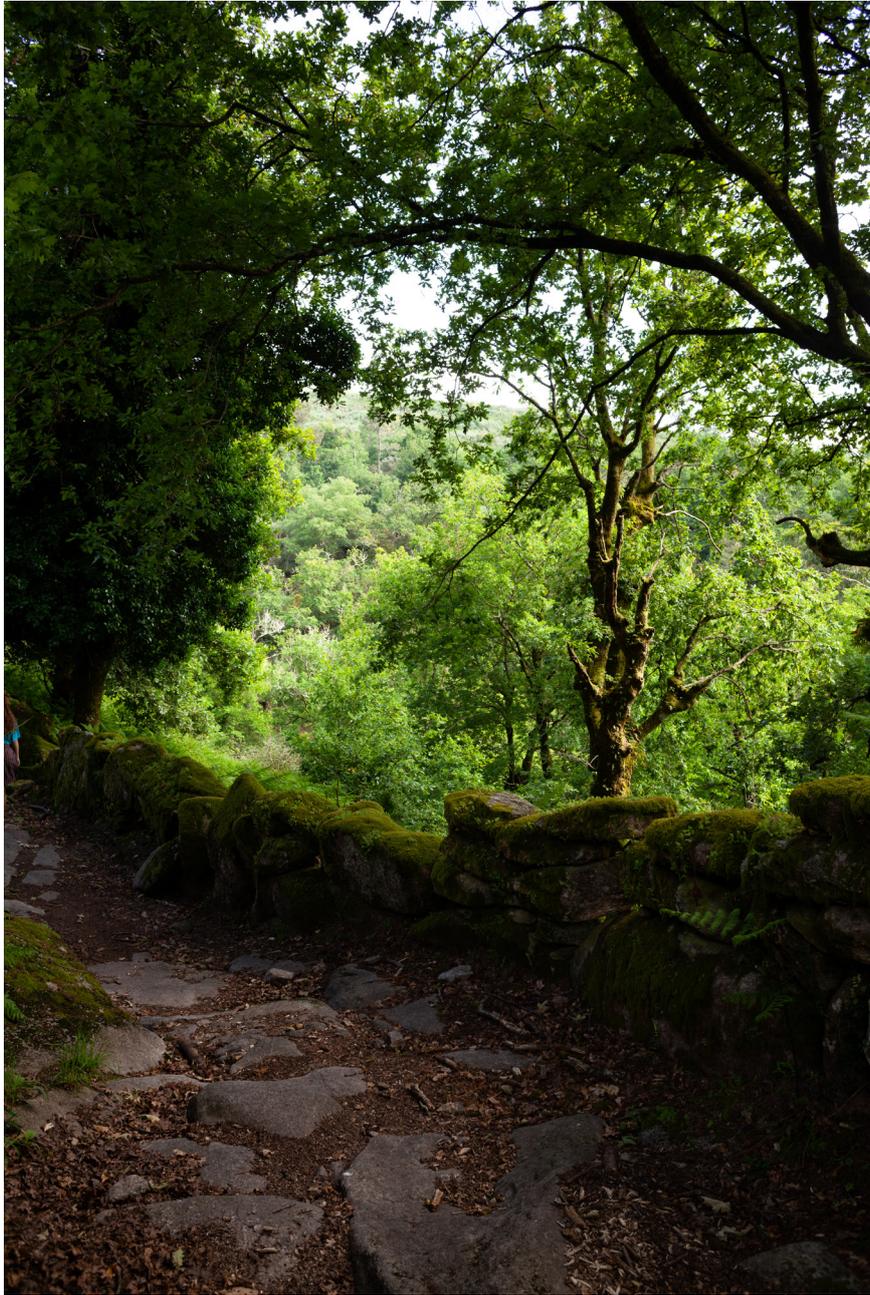


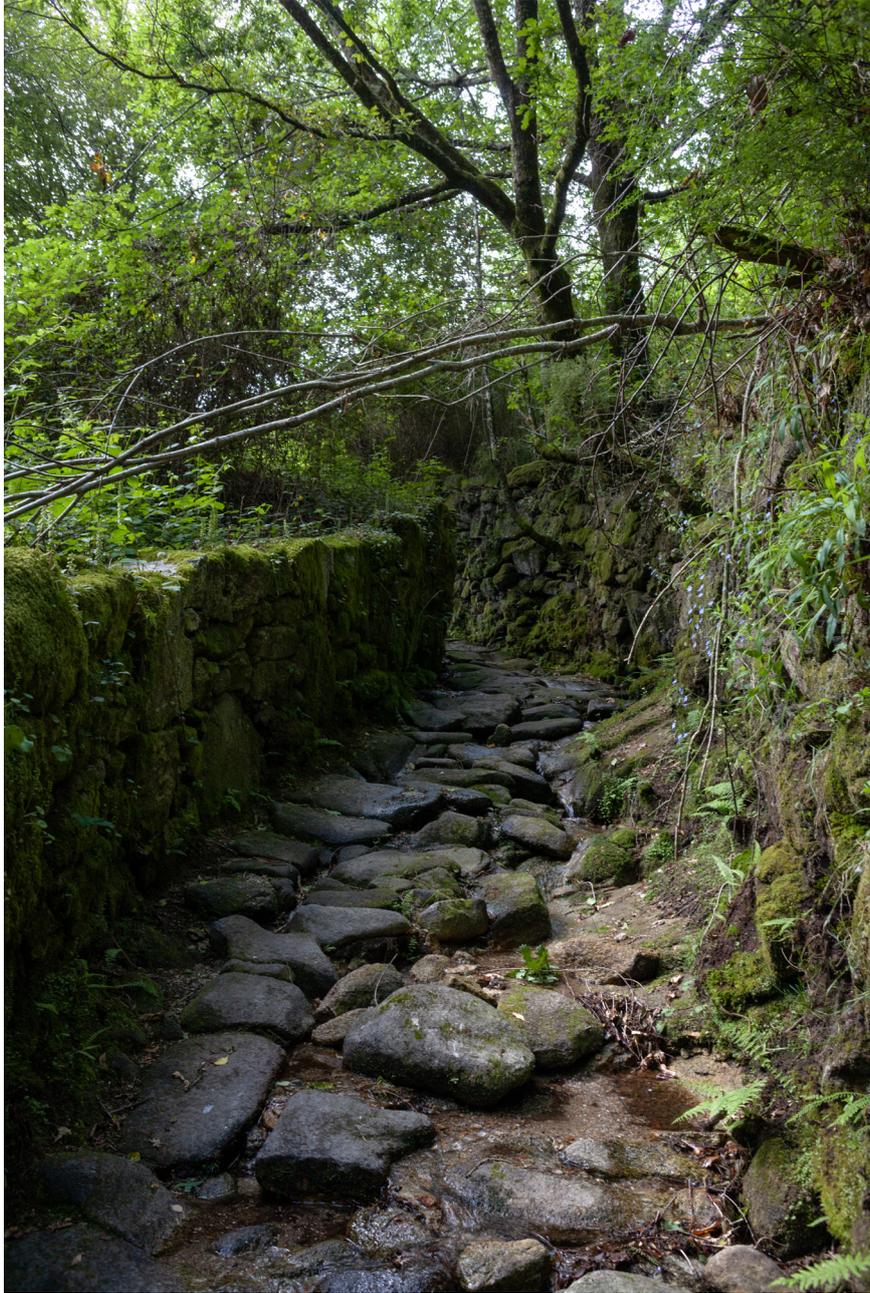












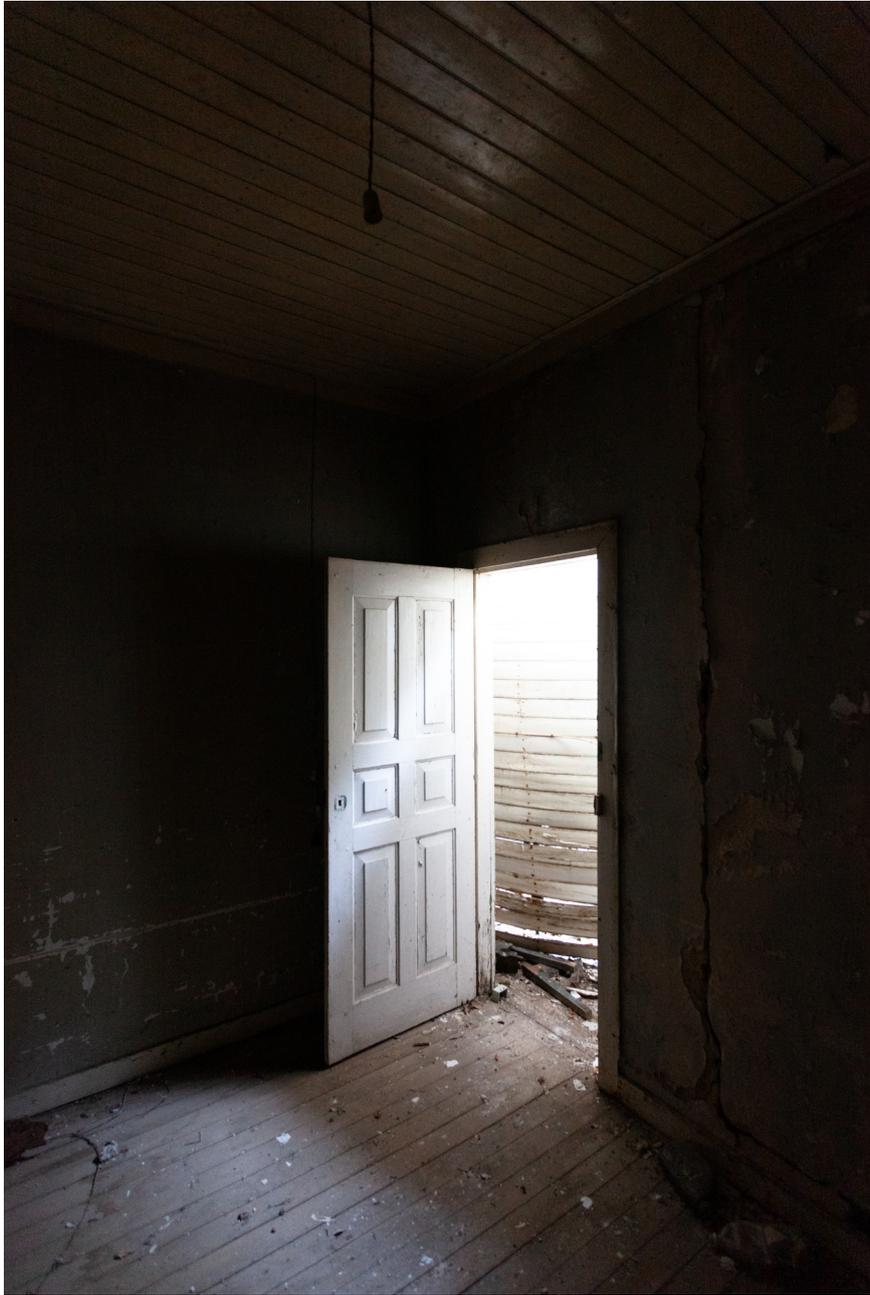












Peneda-Gerês, Uma Paisagem Protegida

Descoberta da Paisagem

Segundo o dicionário português, a paisagem é uma porção de território que se abrange num lance de olhos, ou seja, um panorama. De um modo mais geral pode também ser um espaço geográfico com determinadas características, ou no caso de se tratar de uma pintura trata-se de um quadro que representa um sítio campestre.⁶

Para o geógrafo Orlando Ribeiro, a paisagem é “um espaço acessível à observação”⁷, excluindo assim a ideia que é apenas uma porção de território natural. É a fração que apreciamos e experimentamos de um espaço, contudo pode ir ainda além dos limites da observação, pois o toque, o odor e o som contribuem para a construção abstrata do lugar igualmente importante para essa experiência. Além disso, a própria interpretação da experiência pode variar consoante as culturas e épocas.⁸

As marcas das obras do ser humano, sendo tanto construtivas como destrutivas, são impressas no solo. A paisagem pode ser caracterizada pelos seus elementos naturais e humanos, todavia, distinguir o que é um elemento humano e natural pode ser complexo, devido ao facto de que o meio natural não está livre da intervenção humana. No Antropoceno já não se pode dizer que haja locais naturais que nunca foram tocados pelas pessoas, quanto mais não seja pelas alterações climáticas que têm efeitos no planeta. Embora que no domínio da vida nós somos um dos elementos da natureza. Assim, a paisagem humana e a paisagem natural estão fortemente ligados uma com a outra e o seu diálogo torna-se crucial para uma coexistência equilibrada.

Apesar de se tentar reverter territórios a paisagens primitivas, pela necessidade de essência natural, isso acaba por ser uma imagem paisagística da natureza. Nas palavras de Vidal de la Blache “tudo o que toca ao Homem está sujeito a contingências”⁹ demonstra a imprevisibilidade dos motivos e das reações das intervenções humanas no meio ambiente. A natureza tem-se transformado e até tem sido eliminada cada vez mais do espaço físico em consequência de uma industrialização descontrolada e dominante. A expressão, organização do espaço, tende a substituir a de paisagem natural, ainda que a natureza tenha a sua própria organização. Contudo, é ela que dita o dia e a noite, os horários de trabalho, as estações do ano, e as catástrofes naturais. O próprio ar condicionado, criado pelo ser humano para controlar a temperatura, é determinado pela natureza,

6 Porto Editora. *paisagem* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. consultado em outubro 26, 2021, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paisagem>

7 Ribeiro, O. (1982). *Paysages, régions et organisation de l'espace*. In *Scritti Geografici in onore di Aldo Sestini, Società di Studi Geografici* (pp. 879-893.). Florença: Società degli studi geografici. pag.879

8 Corbin, A. (2001). *L'homme dans le paysage*. (1st). Paris: Les éditions Textuel.

9 “tout ce qui touche à l'Homme est frappé de contingence” - Beaujeu-Garnier, J. (1949). *La géographie humaine, d'après Maurice Le Lannou*. In Beaujeu-Garnier, J., et al., *L'information géographique*, (pp. 185-187). Paris: Armand Colin. pag. 186

visto que se estiver muito frio ou quente vai ser necessário mais energia para o manter uma temperatura de conforto. Quanto mais evoluímos, mais dependemos da natureza, mais precisamos dos seus recursos e de os renovar.

Muitas das paisagens de montanha são praticamente vazias, no entanto, existem outras que são intensamente povoadas, como são exemplos os tibetanos, os etíopios e os incas que criaram as suas civilizações nas montanhas. Também na Europa se encontram povoações serranas, como nos Alpes, que são intensamente povoados graças aos seus profundos vales. Algumas vezes o ser humano joga contra as forças da natureza, mas na maior parte ele adapta-se e modifica-as prudentemente, de forma a poder se inserir melhor na paisagem.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês é uma região montanhosa do Norte de Portugal pouco habitada. Os seus limites compreendem áreas muito diversificadas minhotas e transmontanas. Trata-se de uma região muito pouco explorada pelo ser humano devido ao difícil acesso dos vales apertados, dos imponentes cumes rochosos, das ravinas profundas e das condições climatéricas severas geradas pelo entre cruzamento de influências dos climas do Atlântico, Mediterrânico e Continental. Desde o planalto de Castro de Laboreiro até ao da Mourela encontram-se as Serras da Peneda (1314 metros), do Soajo (1416 metros), Amarela (1335 metros) e do Gerês (1445 metros), por onde correm ferozmente inúmeros riachos que criam espantosas quedas de água. O Parque apresenta aspetos botânicos únicos em relação ao resto do país visto que estes relevos acidentados, as diferentes exposições solares, as condições de humidade dispare e as grandes amplitudes térmicas originam vários microclimas de alto interesse científico e turístico. O isolamento desta região de alta montanha permitiu que grande parte da paisagem se mantivesse bastante rica.¹⁰

A admiração crescente sobre o património cultural e natural gera a necessidade de tentar manter todas as memórias de um passado, estando este património em ruínas monumentais ou paisagens arcaicas sobre ameaça. São estes elementos, bastante castigados pela industrialização e pela sociedade de consumo, que impedem que uma cultura perca a sua identidade, daí usado o termo Nacional na designação do Parque. Depois de uma época moderna, em que nos focávamos no que era novo, de todos os excessos de eventos e de informação, há uma maior tendência para nos voltarmos para os paraísos da natureza em vias de extinção. O mundo urbano, a civilização global, a falta de identidade e o “stress” faz com que cada vez mais pessoas procurem o meio natural como fuga ao ambiente caótico das cidades. Os trilhos antigos e esquecidos começam a encher-se de caminhantes urbanos em busca da ruralidade, de montanhistas apaixonados e de alpinistas radicais. Nas alturas é onde se encontram os silêncios onde tudo parece parar, deslumbrando-se com os horizontes que cada

10 Comissão de Coordenação da Região do Norte. (1983). *Contribuições para a definição de um programa de desenvolvimento integrado para o Parque Nacional da Peneda-Gerês*. (1st). Porto : C.C.R.N.

vez mais atraem pessoas a estes territórios serranos.

A montanha é uma região muito marcada pelo seu isolamento, o que fez com que a sua paisagem e características culturais sejam bem definidas e conservem inúmeros vestígios da sua história natural e humana. São áreas essenciais para a compreensão do passado das comunidades que ocuparam sucessivamente estes espaços em que se inseriram e modificaram.¹¹

O facto de se tratar de uma ocupação secular, que passou de geração em geração, faz com que não se possa separar a paisagem natural das transformações humanas. A luta constante das populações com a topografia, com o clima e com os recursos permitiu criar uma harmonia de longo ajustamento entre o ser humano e a montanha.¹² De acordo com Orlando Ribeiro, “a desflorestação, a distribuição das culturas, a construção de socalcos, regados ou não, a transumância, tudo isso apenas salienta o estado natural da paisagem montanhosa.”¹³ Isto é, para uma relação entre o ser humano e a natureza é essencial compreender o seu território para se ajustar a ele. Nesta relação harmoniosa, a natureza era sempre dominante mesmo quando o mundo rural moldava montanhas e aproveitava os seus recursos naturais sem sequer os pôr em causa, podendo assim manter as suas culturas por séculos.

Com a explosão demográfica e o aumento das necessidades básicas, devido à evolução da ciência e da tecnologia, os recursos passaram a ser sobre-explorados e sobre uma pressão crescente, revelando-se insustentáveis a curto prazo.

A consciencialização de que o meio ambiente está a ser destruído pelo ser humano, após muitas ações violentas que nos chocaram, fizeram com que nos voltássemos a preocupar com os recursos que usamos e as suas consequências, nomeadamente, a destruição dos solos, florestas, paisagens e animais; a urbanização desordenada; a poluição de terras, águas e atmosfera; os fumos e ruídos. Surgem áreas restritas às intervenções humanas onde a natureza pode manifestar-se livremente. Inicialmente, estas áreas eram muito reduzidas e com um carácter romântico, mas que posteriormente, graças aos interesses científicos, ganharam maior escala e número. É apenas nos finais do séc. XX que se assiste a uma mudança de paradigma, onde é dado o alerta dos danos causados. Em 1969 na Assembleia Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza, de Nova Deli, são definidas as condições fundamentais para se considerar uma paisagem a conservar: ampla

11 Mateus, L. M. (1980). Intervenção museológica na área do Parque Natural da Peneda-Gerês. *Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º*, 5-6.

12 Ribeiro, O., Gaspar, J., Jacinto, R., Siza, T.M. & Centro Cultural Raiano (Idanha-a-Nova, Portugal). (1997). *Orlando Ribeiro e as terras de Idanha*. (1st ed.). Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano.

13 “le défrichement des forêts, l'étagement des cultures, la construction de terrasses, irriguées ou non, la transhumance, tout cela ne fait que suligner l'étagement naturel du paysage montagnard.”

Ribeiro, O. (1982). Paysages, régions et organisation de l'espace. In Scritti Geografici in *onore di Aldo Sestini, Società di Studi Geografici*, (pp. 879-893.). Florença: Società degli studi geografici. pag. 885

extensão, conteúdo notável, regime de proteção, criação e gestão pela autoridade competente do respetivo país e turismo autorizado.¹⁴

A geografia humana, que é a presença do ser humano expressa na paisagem, pode ser caracterizada por 2 tipos fundamentais, os fatores de ocupação económica e os fatores de povoamento. No primeiro fator podemos verificar as marcas que o ser humano deixou na exploração da natureza para retirar produtos, espaço ou o que fosse necessário para a sua sobrevivência. O outro fator trata-se da apropriação do território para construir as suas habitações e construções adjacentes de apoio às atividades. Além disso, surge o fator de circulação que está inserido nos dois anteriores, podendo ser usado para transporte de produtos como também para a ligação de aglomerados populacionais.¹⁵

Devido às marcas dos seus diferentes usos e acontecimentos a noção da paisagem torna-se confusa e pode-se observar vários géneros de paisagem no mesmo território. Apesar desta região ter sido ocupada por mais de 5 000 anos e por pelo menos 7 culturas diferentes, as suas aldeias e atividades económicas fundem-se com a paisagem e passam a ser tão “naturais” como os vales e montanhas. A união do ser humano e da natureza ao longo do Parque é o que o torna tão único em comparação com outros Parques Nacionais, onde a presença humana é uma intrusão.

Ao longo do Parque vemos os mosaicos de pegadas que o fogo deixou com diferentes intervalos de tempo e intensidades. Inicialmente, era apenas originado por relâmpagos, porém quando se tornou um instrumento cada vez mais útil, tomou um papel fulcral tanto no modo como a população vivia como também na própria paisagem.

As marcas que ser humano deixou devido à longa ocupação são maioritariamente geradas pela sobrevivência de quem as habita. A sua base cultural é a agricultura de subsistência e o pastoreio utilizando assim práticas ancestrais que organizam a comunidade no território. Esta exploração agrícola tradicional tem resistido durante centenas de anos sem pôr em causa tanto o solo como os recursos hídricos, em contrapartida, a industrialização e a produção em massa foi responsável pela destruição natural havendo a necessidade de a recompor. Surge assim a dicotomia entre aquilo que é natural e artificial, por exemplo, o facto da montanha possuir um solo tão acidentado levou à sua adaptação, o que resultou numa paisagem moldada em terraços tornando-se assim uma paisagem permanente e natural apesar da sua artificialidade.

As pequenas indústrias aldeãs de extração de madeira, que se tem tornado residuais forneceram não só madeira como também resina de pinheiro e alcatrão, para impermeabilizar os navios portugueses que velejavam

14 Silva, M. (1980). PNPg – Projeto integrado de desenvolvimento cultural. *Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º*, 3-4.

15 Ribeiro, O. (1986). *A Arrábida : esboço geográfico*. (3rd ed.). Sesimbra: Fundação Oriente.

o mundo na Era dos Descobrimentos ou até mesmo carvalhos que teriam sido utilizados para fazer os barris do vinho do Porto. O que nos indica que existiriam vastas florestas ao longo destes vales.

Ainda assim é notável a quantidade de espécies únicas de plantas e animais que podemos encontrar na região, talvez pelo facto de ter sido um local de refúgio ao longo dos tempos devido ao difícil acesso de muitas zonas e aos seus invernos agrestes que dificultaram a ocupação humana.

O que se pode observar já não é uma paisagem primitiva, mas sim uma paisagem alterada, modificada e construída em muitos dos casos num processo lento gerado pela ocupação humana. Por outras vezes, a paisagem foi alterada por acontecimentos pontuais num curto período.¹⁶

Trata-se de uma paisagem de modos de vida em que o território é explorado consoante o seu tempo e as suas gentes deixando marcas que se vão sobrepondo em camadas. A paisagem, antes ligada à agricultura, está a ter alterações económicas e sociais devido à fragilidade do mundo rural e ao despovoamento. Atualmente já não vivemos em sociedades situadas, tanto estamos num território hoje como amanhã estamos noutro, habitando-o do mesmo modo, o que contrasta com o modo de vida das populações que até aos anos 50 do século passado nasceu e morreu no mesmo local, saindo apenas 2 ou 3 vezes da freguesia, fosse para a inspeção da tropa, ver um familiar ou ir ao hospital.¹⁷ Assim sendo, a relação constante que uma pequena comunidade tinha com um território alterou-se para outra relação pontual de uma sociedade global.

16 Silva, M. (1980). Parque Natural da Peneda-Gerês - Uma Oportunidade Única. *Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º*, 1-3.

17 Domingues, A., Barros, F. & Viana, C. (2021, 6 de agosto). *Arquiteturas Tradicionais*. Conference Dia do Brandeiro, Melgaço, Portugal.



Fig.33 - Manhã de nevoeiro junto à Casa Florestal da Junqueira

Gondoriz, Arcos de Valdevez

41°54'56.455" N

8°19'41.855" W



Proteção e Conservação

O conceito de Parque Nacional surgiu com a criação do Yellowstone National Park em 1872, apesar de já em 1864 o congresso dos EUA tivesse decretado o território de Yosemite como santuário natural que foi o precursor tanto do Parque Yellowstone como outros pelo mundo. Esta mudança de paradigma foi possível muito graças ao interesse e devoção de pintores, fotógrafos e escritores como Jonh Muir, que retrataram as paisagens naturais. Muir foi um dos pioneiros na conservação do Vale Yosemite para a promoção da necessidade de manter estes locais intocados. Estes movimentos protetivistas baseavam-se na conservação de paisagens supostamente intactas, protegidas e sagradas.

Ainda assim, a vontade de fundar áreas protegidas remota a séculos atrás, onde é possível evidenciar sinais de consciencialização. Em várias comunidades tanto no Pacífico como em África se acordavam zonas de proteção para a sobrevivência, dando principal atenção às florestas, designadas muitas vezes como locais sagrados. Também na Europa, durante centenas de anos, os solos das florestas e montanhas eram protegidos pelos reis e feudais para a caça. Ao longo de todo o período medieval, se protegeu efetivamente certos locais naturais, apesar de ter-se como certeza que a natureza deveria ser explorada.

Em Portugal após a primeira crise florestal, impulsionada pela construção naval e também pela vida agropastoril de subsistência, surge o Regimento da Florestação de 1545. Segue-se, em 1565, pela Lei das Árvores que pretendia que se voltasse a reflorestar os baldios e propriedades privadas, retirando gradualmente pastos verdes para o pastoreio, que por sua vez levou a contestações da população. Os monarcas também se mostraram interessados em manter o património natural quando se reflorestou as matas reais e se criaram planos de ordenamento florestal.¹⁸

Numa época que ainda não se distinguia bem o termo de “cientista” muitos se aventuram a viajar por terras, bosques e mares desconhecidos para a civilização ocidental. Apesar de essa vontade de catalogar e descobrir a natureza, ainda não existia a urgência de preservação ambiental, dado que não estavam conscientes que a natureza estava a ser degradada pelas ações humanas.

José Bonifácio de Andrade e Silva, naturalista luso-brasileiro do final séc. XVIII e início do séc. XIX defendia que os bosques e florestas tinham grande influência para a vida de cada região, sem eles o território torna-se estéril e despovoado. Contudo, devido ao aumento da população e da atividade agrícola “e muito mais pela indolência, egoísmo e luxo de desenfreado de necessidades fictícias”¹⁹ que acabaram por destruir as matas

18 Domingos, G. (2011). *Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos*. (1st ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

O livro *Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos* foi fundamental para a investigação relativa este capítulo.

19 Domingos, G. (2011). *Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos*. (1st ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. pag. 26

de um país caracteristicamente florestal.

Após uma visita real do Rei D.Luís e da sua família ao Gerês em 1887 foi criado o Perímetro Florestal do Gerês, porém o diálogo com os locais para a reforestação da serra foi bastante complicado pela o facto da serra ser uma fonte de rendimento essencial. A exploração intensiva e as queimadas foram os principais contribuidores para as serras se encontrarem praticamente nuas.

Em 1904 é nomeado Tude de Sousa como regente florestal, que além de ter protegido e desenvolvido a floresta mostrou-se interessado nos costumes tradicionais e na população serrana, deixando uma obra densa sobre todo o território do Gerês, onde evidenciava a riqueza natural e cultural daquele território defendendo a sua proteção. Idealizava um futuro que se voltasse para este território e que o seu valor patrimonial fosse reconhecido, apresentando os primeiros sinais de um possível Parque Nacional nesta área. Ao serviço florestal promoveu a necessidade de defender as paisagens e os recursos que eram constantemente ameaçados pelas práticas tradicionais, nomeadamente os fogos criados por moradores. O mesmo menciona que foi um desafio convencer aquelas “rudes e desemparradas povoações alpestres”²⁰ de que a serra lhes poderia oferecer mais riqueza com a sua conservação. Com a Implantação da República em 1910 a autoridade sofreu várias contestações visto que os interesses da floresta chocavam com os direitos dos povos aos pastos para os seus rebanhos, criando um duro diálogo entre as populações e a autoridade do Regime Florestal.

O Engenheiro Lagrifa Mendes, primeiro diretor do Parque, devido ao contacto que tinha das áreas protegidas americanas e ao conhecimento do Gerês (trabalhou na Circunscrição Florestal do Porto que inseria a Administração florestal do Gerês) verificou que Portugal tinha as condições para criar um Parque Nacional, como foi anteriormente mencionado por Tude de Sousa. Após voltar do Brasil, em 1969, tentou desenvolver esta ideia com textos, intervenções, conferências e com apoio de algumas estruturas. Assim conseguiu juntar mais pessoas à causa e estimular a criação de um projeto.

Com os apoios do Engenheiro Vasco Leónidas (Secretario de estado da agricultura) e do Comendador Santos da Cunha (Governador Civil de Braga), Lagrifa Mendes conseguiu chegar o seu projeto junto do Presidente da República Almirante Américo Tomas. A lei de Bases da Conservação da Natureza (lei n.º9/70 de 19 de junho) marca a data para a inauguração do Parque a 11 de outubro de 1970. A inauguração foi feita no Gerês com a presença do Presidente da República e entidades nacionais e internacionais mesmo antes de este ser formalmente criado. Só um ano depois é que se materializou legalmente o Parque com a publicação do decreto-lei n.º 187/71 de 8 de maio, que se tornou a data oficial de criação do Parque.

Devido às bases que Lagrifa Mendes trazia consigo, a conceção do Parque baseava-se no conceito americano,

20 Sousa, T. (2009). *Serra do Gerez Estudos - Aspectos - Paizagens*. (2nd ed.). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro. pag. 15

contudo a realidade do Gerês era diferente dos Estados Unidos e assemelhava-se a outras áreas protegidas da Europa. Nos Estados Unidos, os Parques eram criados em grandes superfícies e sem qualquer tipo de população residente, contudo na Europa tratando-se de um continente mais ocupado, forçosamente existiam povoamentos no interior destas zonas protegidas levando a uma diferente legislação e regulamentação.

Os limites do Parque foram traçados com base na perceção dos seus valores naturais. Barreiras físicas, rios e estradas foram utilizadas como limites de forma a identificar mais facilmente no terreno. O Parque iria-se dividir em duas partes: a primeira denominada de Pré-Parque onde existia população e as restrições seriam mais aligeiradas (atual Área de Ambiente Rural) e uma segunda sem povoações nem atividade humana onde só se aceitaria o pastorício, denominada Parque Propriamente Dito (atual Área de Ambiente Natural). A área do Pré-Parque seria mais próxima do conceito europeu e o Parque Propriamente Dito seria mais ligada ao conceito americano, sem intervenção humana. Esta zona de Pré-Parque serviria como uma barreira de modo que prevenisse o contágio da vida selvagem, assim como criar condições para melhorar a fauna e a flora de toda a área e proteger o Parque Propriamente Dito do interesse das populações e das suas atividades. As zonas de proteção total (Parque Propriamente Dito) abrangiam os carvalhais do Ramiscal, os carvalhais da Albergaria, sobreiral da Ermida, mata de Cabril e a Zona de proteção parcial (Pré-parque) continha zonas agrícolas (Reservas paisagísticas) e as zonas habitadas (reservas turísticas).

Na data da sua criação o Parque tinha no seu interior mais de uma centena de povoações, uma área humanizada de 9 000 habitantes, contudo só existiam seis telefones, praticamente todos postos públicos, e ainda havia populações completamente isoladas sem nenhuma estrada ou caminhos para as servir. Já em 1974 praticamente todas as aldeias eram servidas de uma estrada, de forma a que fosse possível chegar lá de carro, e em quase todos os locais já havia telefones.

As restrições que o Parque criava tinham sempre em atenção não prejudicar as populações residentes, nomeadamente o Parque iria indemnizar as populações pelos prejuízos causados pelos lobos, para controlar as montarias.²¹ Só em 1988 é que esta prática passou a abranger todo o Portugal Continental, com a aprovação da lei de proteção do lobo ibérico (Lei n.º90/88, de 13 de agosto). Também já nesta altura se faziam colaborações com as universidades para a realização de estudos botânicos e geológicos, de forma a aprofundar o conhecimento da riqueza natural.

O plano de desenvolvimento do Parque estava em vias de ser aprovado quando se deu o 25 de abril. O país entrou numa fase de instabilidade política que dificultou a aplicação e aprovação de regras de prevenção e preservação natural e paisagístico. Este acontecimento histórico foi seguido da morte de Lagrifa Mendes,

²¹ Também designadas de batidas aos lobos, são caçadas organizadas pelas comunidades das serras para abater lobos.

contudo mantiveram-se as investigações arqueológicas e o registo documental com a criação de um gabinete de fotografia.²² As operações executadas pela administração do Parque foram ainda muito questionadas a nível do poder local visto que com a alteração política as populações defendiam que a gestão da Peneda-Gerês deveria ser feita pelos municípios.

O reconhecimento do Parque tanto pela população como pelas entidades nacionais e internacionais foi um grande passo para a sensibilização dos problemas ambientais que estavam em crescente. O Parque além de se tratar de uma área legalmente protegida que visa conservar e valorizar o meio ambiente e a biodiversidade, também se trata de um território nacional, ou seja, transporta o seu valor de pátria, tanto da paisagem natural como humana, e a identidade de um país num determinado tempo na história que merece ser preservado. As comunidades de montanha que nunca foram alteradas com a vida moderna e industrial em que vivemos são cada vez são mais raras, ou até mesmo inexistentes.

Muitas críticas surgiram após a criação do Parque, uma vez que não se estava a conservar devidamente, visto que ainda se mantinham a exploração de recursos naturais, nomeadamente pela prática da pastorícia. Porém, esta afirmação torna-se contraditória pelo facto deste território ser humanizado e sem esse equilíbrio entre o ser humano e a natureza ir-se-ia entrar num processo de degradação. O Parque além de concentrar uma vasta reserva ecológica de espécies botânicas e zoológicas, e notáveis paisagens, que demonstram a diversidade de microclimas, também contém uma série de marcos históricos, desde o primitivo do megalítico, confirmando a ocupação da região por mais de 50 séculos. Ao contrário de muitos Parques e Reservas, o seu conceito não ignora o facto das pessoas serem parte integrante do ecossistema.

Tornou-se essencial que a aplicação do Plano Diretor fosse o mais eficaz, sendo crucial haver mais técnicos formados para que fosse possível alcançar os objetivos traçados. Não obstante, com a crise económica que o país atravessava na primeira metade da década de 80 e a intervenção do Fundo Monetário Internacional, os orçamentos foram limitados, que permitia apenas para pagar os salários dos funcionários. Ganhando alguma autonomia que recebiam das receitas da venda de madeira e das instalações turísticas, principalmente parques de campismo, permitiu-se a construção de Centros de Interpretação Temporários no Mézio, no Gerês e em Lamas de Bouro. Também à parte do Plano Diretor foi possível adaptar casas florestais a refúgios de montanha, traçar novos trilhos e criar o museu da Ermida. Posteriormente, com um orçamento mais flexível foi possível proceder à publicação dos estudos realizados para a divulgação do património natural, estudos que estavam à espera já de difusão realizados pelas universidades. Por último, construiu-se um centro de recuperação de aves de modo a poder integrar aves feridas ou apreendidas de volta na natureza.

²² Não foi permitido o acesso ao arquivo fotográfico porque encontra-se na casa do Engenheiro do ICNF Jorge Barros.

A entrada de Portugal no contexto europeu possibilitou uma organização com o país vizinho e o recém-criado Parque Natural da Baixa Limia – Serra do Xurès (1992). Esta ligação permitiu que em julho de 1997 se constituísse o Parque Transfronteiriço Gerês – Xurès, que em 2009 se tornou parte da Reserva da Biosfera. Ao longo da primeira década do milénio, vivia-se uma época de exaltação e desenvolvimento, através de fundos comunitários o Parque pode criar um equilíbrio entre o investimento em atividades de conservação da natureza e a promoção da economia local, maioritariamente ligada ao turismo. As requalificações urbanas, criação de parques de merendas, miradouros, promovendo feiras tradicionais e festivos, foram os principais meios para obter a promoção da economia local.

Contudo, com o estancar dos fundos europeus, o Parque sofreu uma limitação de apoios a projetos de desenvolvimento e objetivos. Acrescenta-se ainda o desânimo da população, que apesar do turismo ter beneficiado alguns, a grande maioria foi obrigada a abandonar a sua vida agropastoril. A falta de participação da população ativa nas decisões políticas do Parque levou a uma estratégia que acelerou o despovoamento em vez de incentivar a fixação das populações.

Após 50 anos do início do projeto, em 1971, não se alcançaram os objetivos e podendo até se ter afastado deles, o que se verifica é uma usufruição intensiva do património, que se tornou no objetivo principal sobre os deveres de o preservar. O Parque Nacional Peneda-Gerês tem um elevado abandono e uma população muito envelhecida, apesar de existirem alguns casos de jovens que tentam dinamizar a região com alternativas, nomeadamente a apicultura²³. Contudo, no verão os carros invadem os caminhos e as lancheiras de piqueniques ocupam qualquer sítio perto de um riacho. O próprio Presidente da Câmara de Terras de Bouro referenciou que as pessoas só podem viver do turismo porem esta atividade só funciona nos meses de calor. Sendo assim procuram alternativas que possam proporcionar mais interesse dos visitantes durante o ano todo, erguendo-se projetos de termas e teleféricos na zona do Gerês, em plena paisagem natural.²⁴ As verbas disponíveis são destinadas ao meio ambiente e devem ser destinadas prioritariamente para o melhoramento deste e não para criar infraestruturas lúdicas com que o poder local aproveita para atrair mais pessoas ao território, contribuindo muitas vezes para uma acumulação de resíduos.

Os próprios residentes deveriam reclamar prioridades como um saneamento básico, sinal de rede, transportes públicos para as pessoas idosas e ainda unidades médicas que pudessem chegar aos locais mais

23 Agência Lusa (10 de outubro de 2019). Parque Peneda-Gerês enfrenta “elevado abandono” e “envelhecimento profundo”. *Publica*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2019/10/10/sociedade/noticia/parque-penedageres-enfrenta-elevado-abandono-envelhecimento-profundo-1889613>

24 Pereira, P. (11 de maio 2021). “Com vontade de todos”, teleférico no Gerês é possível em quatro anos. *Terras do Homem*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://terrasdohomem.pt/2021/05/11/com-vontade-de-todos-teleferico-no-geres-e-possivel-em-quatro-anos/>

isolados, contestando assim modas como passadiços, baloiços, monumentos e parques biológicos. Este último pretende colocar em cativeiro animais que a sua observação deveria ser em visitas de campo devidamente acompanhadas e informadas, assim canalizava-se o investimento para a recuperação das matas, da flora e da fauna.

Mesmo no Parque existem divisões de zonas de proteção, como anteriormente referenciado, em que nas zonas de proteção total o único objetivo deve ser a conservação. Estas zonas carecem de vigilância e proteção da intervenção humana, onde se requerem medidas de interdição do pastoreio de modo a recuperar o coberto vegetal e a proporcionar um “habitat” para animais selvagens de maior porte. O pastoreio livre está associado a fogos, nomeadamente a prática das queimadas, que apesar de ser uma prática ancestral foi a razão da destruição da vegetação. Além disso, muitos dos proprietários nem são residentes, apenas se aproveitam dos subsídios que a União Europeia disponibiliza, motivados apenas pelas verbas colocam os animais o ano todo na montanha sem qualquer supervisão e cuidados.²⁵

O caso do lobo é ainda mais preocupante, contabilizam-se 2000 exemplares na Península Ibérica em que 300 estão em território português. Mesmo se tratando, desde 1990, de uma espécie protegida ainda existem todos os anos casos de armadilhas utilizando métodos proibidos como os laços.²⁶ Ainda houve um retrocesso na legislação, visto que recentemente se descriminalizou a caça deste animal.²⁷

O projeto de conservação e preservação da natureza reduziu-se assim apenas uma região turística em que se continua a insistir no seu aproveitamento descontrolado. Com cada vez mais frequência ocorrem situações de caminheiros em dificuldades e perdidos na montanha. Muitas das vezes ocorrem em dias de mau tempo, chuva intensa e frio em que David Teixeira, vice-presidente da Câmara de Montalegre, declarou que a origem destes incidentes é geralmente “pura inconsciência dos praticantes”²⁸. Também entre 2012 e 2020 registaram-se nove casos mortais em cascatas, rios e lagoas. Os turistas têm muito pouco conhecimento da região e dos perigos tornando-se num dos principais problemas das entidades, contudo a tendência só tende a aumentar se não forem tomadas as devidas medidas.²⁹

25 Gama, M. (7 de maio 2021). Contributo para um plano de acção estratégico para os próximos 50 anos da Peneda-Gerês. *Wilder*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.wilder.pt/cronicas/contributo-para-um-plano-de-acao-estrategico-para-os-proximos-50-anos-da-peneda-geres/>

26 São armadilhas usadas por caçadores furtivos para apanhar animais selvagens sem necessidade de os abater a tiro, como javalis e coelhos. É um método proibido pois não diferencia espécie, porte ou idade.

27 Pinto, E. (16 fevereiro 2021). GNR investiga morte de lobos na Peneda-Gerês. *Jornal de Notícias*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.jn.pt/local/noticias/braga/terras-de-bouro/lobos-abatidos-a-tiro-no-parque-nacional-da-peneda-geres-13358201.html>

28 Agência Lusa (24 de fevereiro de 2016). Autoridades tentam reduzir casos de caminheiros em dificuldades no Gerês. *Publico*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2016/02/24/local/noticia/autoridades-tentam-reduzir-casos-de-caminheiros-em-dificuldades-no-geres-1724311>

29 Gomes, J. (25 de julho 2020). Nove mortes no Parque Nacional da Peneda-Gerês desde 2012. *Terras do Homem*. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://terrasdohomem.pt/2020/07/25/nove-mortes-no-parque-nacional-da-peneda-geres-desde-2012/>

Marcas na Paisagem

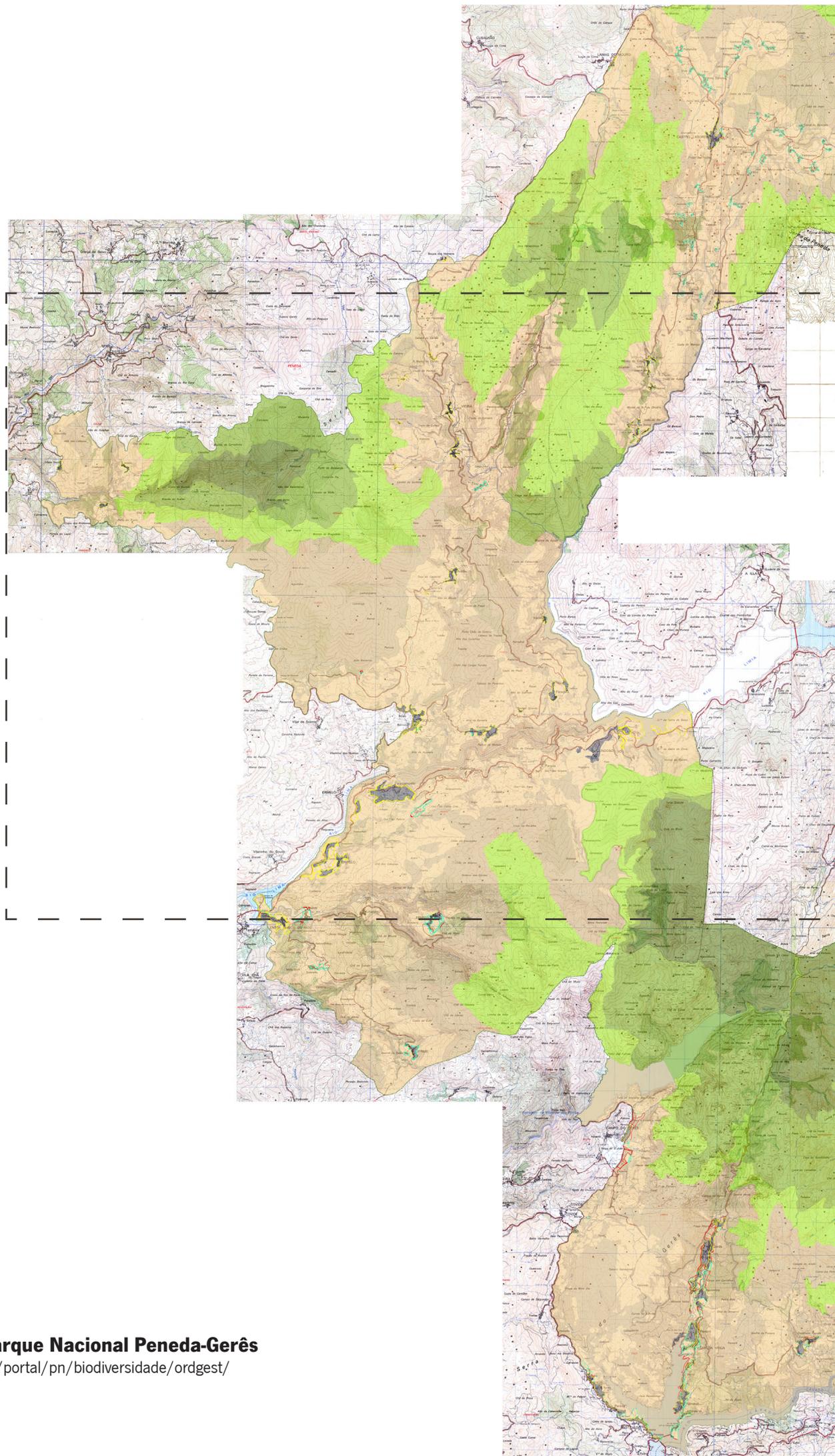
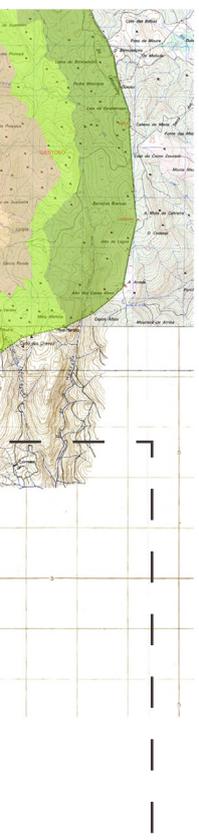


Fig.34 - Mapa do Parque Nacional Peneda-Gerês

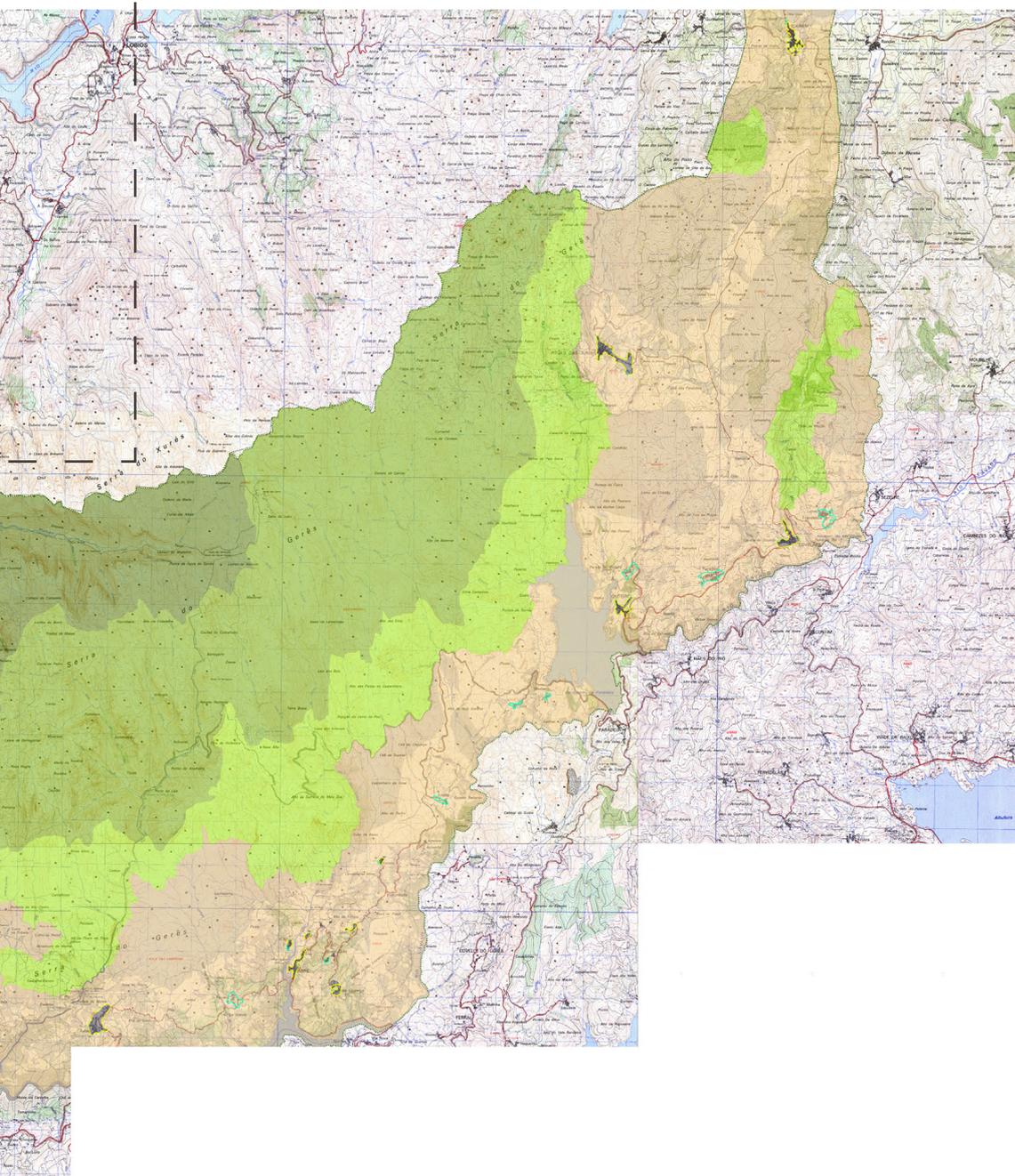
Fonte: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnpg/popnpg-doc>



- - - - Zona de estudo
- Zona de Proteção Total
- Zona de Proteção Parcial do Tipo I
- Zona de Proteção Parcial do Tipo II
- Zona de Proteção Complementar do Tipo I
- Zona de Proteção Complementar do Tipo II

ESPAÇOS URBANOS

- ZPC1 (Risco de cheia, Proteção aos rios, Habitats)
- ZPC2 (Adequado/Condicionado)
- ANSRP (Adequado)



Fragmentos da Viagem

Antes da primeira ida para o Parque de Campismo de Travanca não tinha realmente a noção do que ia precisar, do que ia caminhar e do que ia fazer. Entusiasmado por percorrer as montanhas não hesitei em sair à descoberta de aldeias e trilhos pela serra. Passei horas sem saber exatamente onde estava, mas sempre com a noção do caminho para voltar.

Os medos que sentia durante o dia eram camuflados pela adrenalina da descoberta, porém quando à noite estava só sem nenhuma casa num raio de três quilómetros emergiam os barulhos.³⁰ Contrariamente ao que pressuponha as noites eram agitadas, o vento a passar pelas árvores, a tenda a abanar, os sinos das vacas na montanha, o uivar de lobos e cães, e até fui surpreendido com raposas à beira da tenda. Tudo isto era complementado por pesadelos e sonhos que eram contínuos nas primeiras noites. Às seis da manhã começava a entrar luz pela tenda e os pássaros cantavam de uma maneira ensurdecadora, já não era possível dormir. Após dois dias intensos e fatigantes, o clima decidiu perturbar o meu descanso, a tenda deixou entrar água e fui obrigado a abandonar o acampamento de madrugada. Depois de apenas uns dias, já tinha sido rejeitado com uma constipação. A primeira fase de adaptação foi rigorosa, tanto no próprio acampamento como nas viagens que fazia.

Em casa, antes da partida para o acampamento, era necessário fazer uma seleção cuidadosa e pensada dos alimentos que levava de modo a poder racioná-los ao longo da semana. Além disso, precisei de conseguir uma tenda mais resistente, que aguentasse dias de chuva, visto ser algo recorrente na serra mesmo nos meses de verão. Os casacos de inverno também foram mandatórios para esses meses, por norma existem nuvens e sempre que estas se sobrepõem ao sol sentimos as brisas frescas.

³⁰ O parque de campismo está isolado na floresta do Mezio longe das aldeias. Quando lá me instalei ele encontrava-se fechado ao público, mas foi me cedido os balneários e o espaço para poder pernoitar. Só apenas nas últimas duas semanas é que tive pessoas à minha volta também a acampar.



Fig.35 - Nuvens cobrindo parte da Serra do Soajo

Soajo, Arcos de Valdevez

41°51'55.576" N

8°19'0.783" W

Os dias eram longos, mas não podia passar o dia todo a caminhar, nas horas de maior calor tinha de parar e ficar resguardado. Por vezes, organizava a viagem de modo a voltar ao acampamento e a preparar na cozinha improvisada o almoço, noutras parava nos cafés das aldeias ou até mesmo à sombra de uma rocha na montanha. Nos cafés a ementa não era muito variada sendo na maior parte das vezes pão com qualquer coisa. Nestes momentos de pausa aproveitava para ler, escrever e planear as próximas viagens, mas era frequentemente interrompido por encontros espontâneos com locais, onde surgiam conversas sobre a aldeia e indicavam-me sítios que tinha de visitar.

Os meses de verão também significavam o retorno dos emigrantes que partiram, mas que ainda têm uma forte presença na sua terra natal. Embora estivesse em locais muito isolados de Portugal, as línguas que se ouvia eram das mais variadas. As bermas das estradas na maior parte das aldeias estavam cheias de carros, as casas que antes estavam fechadas, são agora arejadas e nas varandas viam-se novas flores, anunciando assim o regresso de quem partiu.

Numa região montanhosa, as distâncias medem-se de formas diferentes, embora pareça perto uma aldeia que se avista ao longe, é preciso subir e descer vales até finalmente lá chegar. As próprias estradas e caminhos são estreitos, cheios de curvas fechadas e com grandes inclinações. Quando viajava de carro, em cada curva não sabia o que poderia vir a seguir, se era um carro na outra direção, uma paisagem deslumbrante ou um animal no meio da estrada. Por várias vezes coloquei o carro em caminhos que se calhar nem devia, com buracos e pedras de grandes tamanhos. Foram, de facto, momentos de grande “stress” com o medo de não conseguir voltar para trás. Ao percorrer vários quilómetros entre as aldeias de carro, questionava-me das dificuldades que as comunidades teriam para se deslocarem. Ainda há 50 anos, algumas povoações não tinham sequer uma estrada que as servisse, obrigando as pessoas a caminhar por trilhos na montanha para chegar às aldeias vizinhas.



Fig.36 - Vista da padaria de Rouças

Gavieira, Arcos de Valdevez

41°56'52.722" N

8°15'0.196" W

Nos trilhos da serra que percorria a pé, por norma estava afastado dos povoados e passava grande parte do tempo só. Porém, no caminho deparava-me com grupos de pessoas que suspeitava serem turistas pela sua roupa desportiva e pelos bastões. Em outras ocasiões, eram locais com os seus cães que guiavam o gado para a montanha, neste caso também era fácil distinguir pelas calças de ganga gastas, pelo casaco preto, uma boina, botas de borracha e sachola às costas. Os encontros que realmente representavam um verdadeiro desafio foram com as vacas e os cães que as guardavam. Apesar de ter nascido e vivido no mundo rural nunca tive contacto com gado em liberdade na serra. Em várias ocasiões, precisei de atravessar manadas com dezenas de vacas, e mesmo após meses habituado, fiquei sempre na dúvida quais seriam as reações dos animais.

A experiência em campo foi sem dúvida enriquecedora para a concretização do tema da dissertação, permitiu observar de perto as marcas do passado e compreender as realidades atuais. Foi possível confirmar todos os conhecimentos adquiridos na bibliografia e distinguir as inovações que ainda estão por escrever. A construção da narrativa que se segue resulta de 4 meses a percorrer parte do Parque Nacional Peneda-Gerês, em especial a Serra da Peneda, do Soajo e Amarela. Composta por fragmentos de intervenções das populações de montanha, a narrativa visual expressa a observação e análise deste particular meio rural. Os textos que se associam às imagens, além da devida investigação bibliográfica, surgem de uma permanência no local, de uma experiência de viagem constante pelas mesmas paisagens e de conversas com as populações, constituindo parte desta dissertação o que se poderia chamar de história oral³¹.

31 Trabalho de pesquisa que tem como base fontes orais, recolhidas através de entrevistas e conversas.



Fig.37 - Parque de Campismo de Travanca

Cabana Maior, Arcos de Valdevez

41°54'3.773" N

8°18'52.216" W

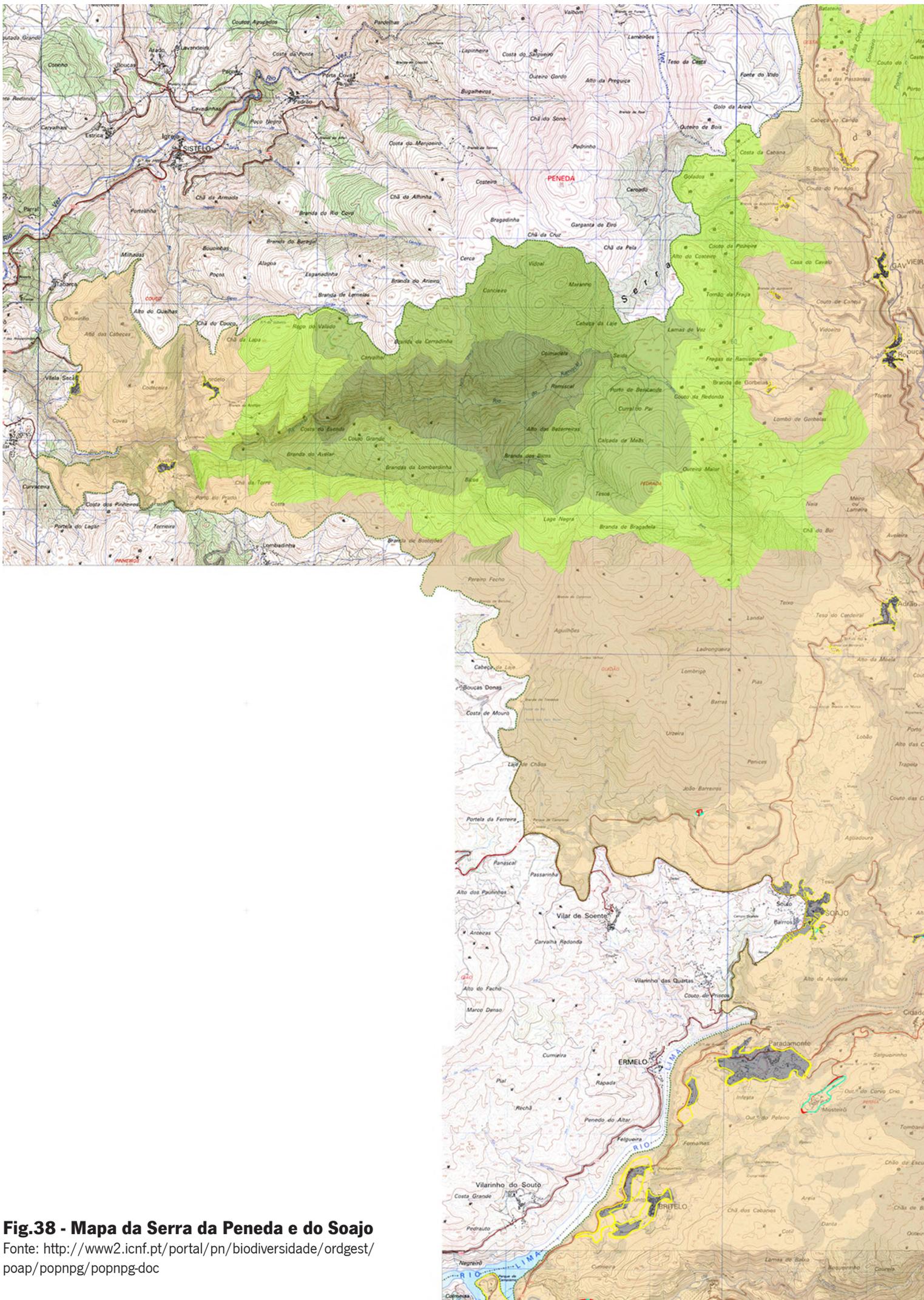
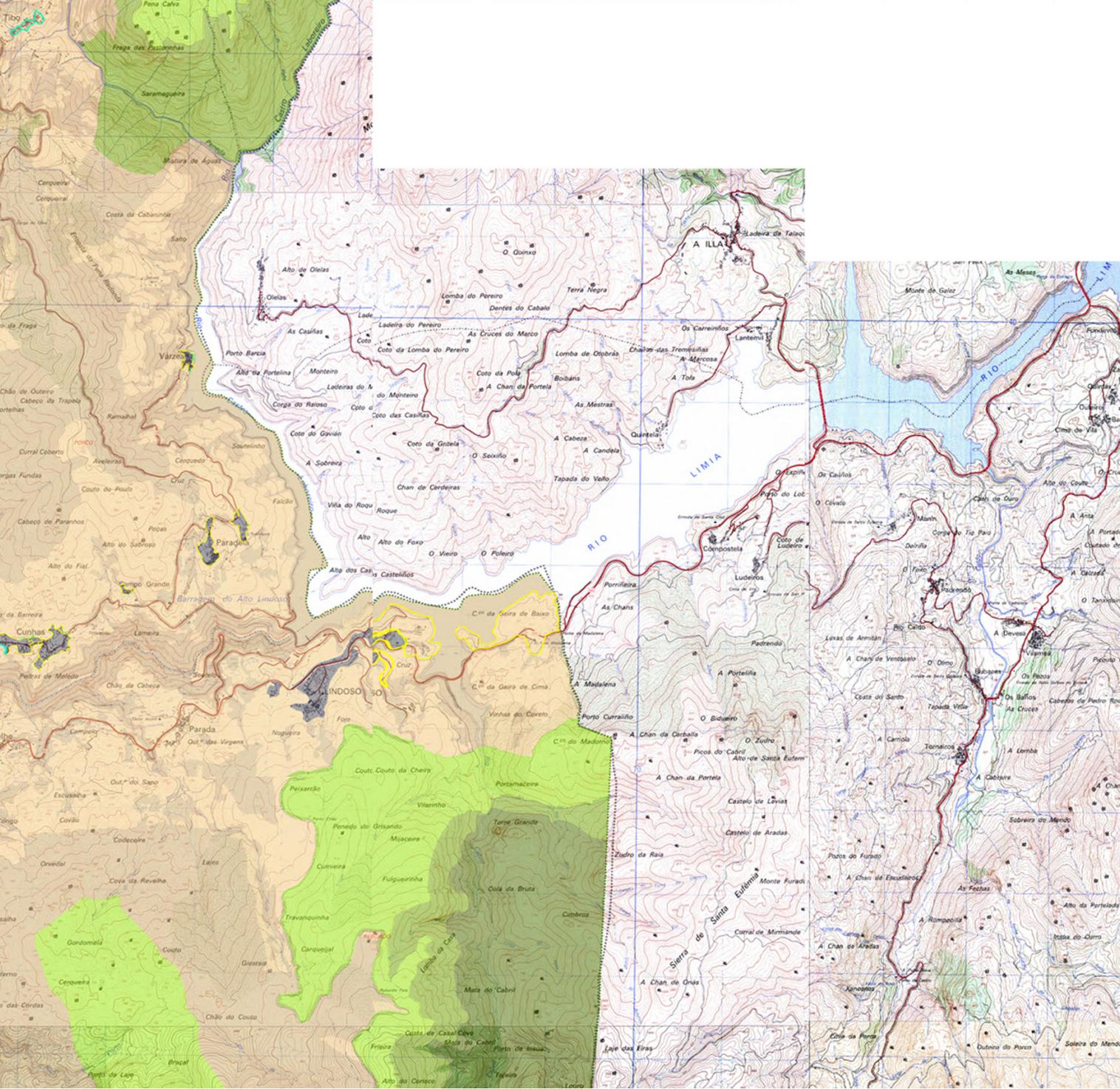
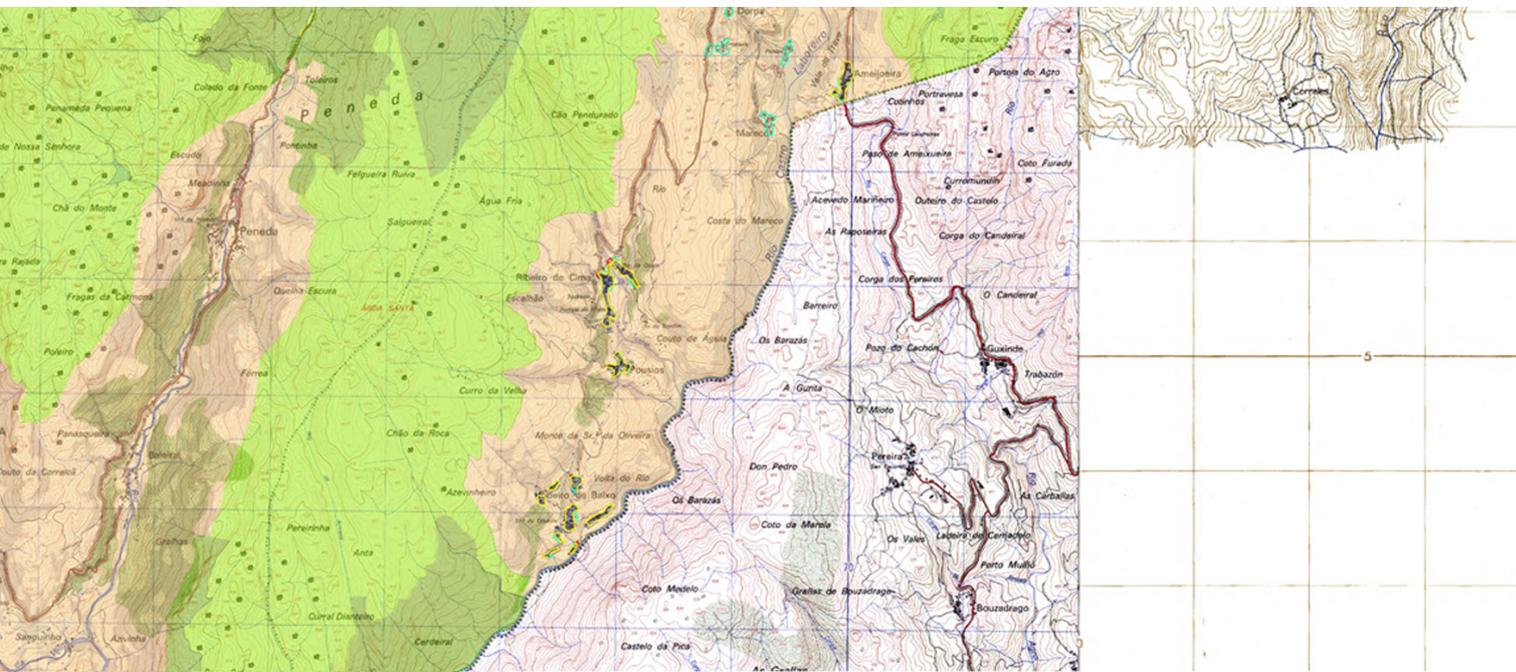


Fig.38 - Mapa da Serra da Peneda e do Soajo

Fonte: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/popap/popnpg/popnpg-doc>



Vestígios de Ocupação

Nos altos das Serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês encontram-se os vestígios de ações glaciares que ocorreram na última fase do quaternário. Devido ao meio favorável, à abundância de água, relevo e arborização permitiu que fossem instalados povos nestas serras. O facto de nunca se encontrarem vestígios de utensílios líticos que comprovem a ocupação desta região nessa fase está provavelmente associado a serem depósitos glaciares e fluido-glaciares. Ainda no período da pré-história, mas já numa época mais próxima pode-se verificar vestígios seguros e evidentes de ocupação humana. Trata-se de conjuntos de mamoaas que foram utilizadas durante o denominado Neolítico e o Calcolítico, na idade do cobre, para o enterramento e execução de rituais entre os meados do V^o e o final do III^o milénio antes de Cristo. No interior da câmara funerária era depositado o corpo com materiais associados com a sua atividade social e económica dessas comunidades desde cerâmicos, a elementos de adornos entre outros. Vários conjuntos de mamoaas foram identificados ao longo de todo o Parque, no planalto de Castro de Laboreiro; na Serra do Soajo, perto do Mézio; na Serra Amarela; na zona de Britelo; na Serra do Gerês, nos campos do Gerês e no Borrageiro; no planalto da Mourela, nos campos de Tourém.³²

A mamoa tinha como objetivo proteger estes espaços de rituais funerários de elevada relevância para uma sociedade cujo seu modo de vida estava em transformação, passando de uma necessidade de constante mudança para uma permanência no território.³³ Com este número de vestígios de várias tipologias e localizações demonstra-se a ocupação da serra no megalitismo numa paisagem totalmente diferente da de hoje.

32 Lemos, F.S. (1980). Arqueologia do Parque, *Revista Giesta*, n.º1, 26-28.

33 Soares, N. (2000). O núcleo megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez). in O. V., Jorge, *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica* (pp. 369-374). Porto: ADECAP.



Fig.39 - Núcleo Megalítico Pré-histórico do Mezio

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'46.016" N

8°18'47.951" W

Na Calcedónia, no flanco oeste da serra do Gerês e na freguesia de Cabreiro há registos de construções circulares o que indica a presença de ocupação pré-romana. A presença romana neste território deixou bastantes vestígios da sua passagem onde se pode destacar a via militar que ligava as cidades de Bracara Augusta (Braga) e Asturica Augusta (Astorga). Ao longo desta via ainda se conservam alguns troços de pavimento, marcos miliários na sua posição original³⁴ e três pontes que já se encontram em ruínas. Além desta via ainda existem outros vestígios diretamente relacionados com as comunidades existentes em S. João de Campo e também no Vale do Lima com a existência de troços de caminhos romanos e uma lápide de influência romana na Ermida. Existem vários povoados ao longo do Parque que podem ter surgido com base romana como em Castro de Laboreiro, o das Infantas que se situa a nascente do castelo; na área do Lindoso, o lugar de Cidadelhe; no Gerês, o de Chelos; em Montalegre, a freguesia de Pitões da Júnica.³⁵

34 Os marcos miliários presentes na mata da Albergaria foram agrupados quando se construiu a estrada florestal sobre o antigo caminho romano.

35 Lemos, F.S. (1980). Arqueologia do Parque, *Revista Giesta*, n.º1, 26-28.



Fig.40 - Marcos Miliários da Geira Romana

Campo do Gerês, Terras de Bouro

41°47'37.707" N

8°8'32.077" W

Existem inúmeras construções espalhadas no território que normalmente se relacionam com a prática do pastoreio, principal atividade numa época medieval, tais como: os abrigos, os currais, os muros de delimitação de pastagens, pontes, calçadas e entre outros. Acrescenta-se ainda o surgimento de moinhos de água ao longo do Parque que serviam as comunidades para a sua subsistência. Devido ao abandono da economia tradicional, existe uma tendência para estes monumentos serem arruinados e cobertos pela vegetação.

O sistema de vida agropastoril e o isolamento destas terras serranas face aos centros de desenvolvimento potenciou um estilo de vida comunalista nas populações.³⁶ Este isolamento histórico-estrutural é imposto pelas características geográficas do meio de montanha e agravado pelo esquecimento dos centros de poder. A distância social entre o habitante urbano e o habitante rural, é ainda mais acentuado com o habitante serrano. A cultura e o estilo de vida característico do território que se tem passado de geração em geração tem sido alvo de muita pressão da civilização moderna. Devido às necessidades e as formas de vida do séc. XXI, em que muitas pessoas foram obrigadas a abandonar a sua aldeia, intensificou-se o despovoamento destas áreas. Apesar de existir ainda uma enorme diversidade da paisagem, arquitetura e tradições estas culturas tendem a desaparecer gradualmente devido à sua vulnerabilidade tanto pelas alterações climáticas como pelas mudanças sociais e económicas atuais.³⁷

36 Lemos, F. S. (1980). Arqueologia do Parque, *Revista Giesta*, n.º1, 26-28.

37 Neves, L. (2020) Exposição etnográfica – projeto de salvaguarda e dinamização da identidade territorial. In Nogueira, J., Simões, S., Teixeira, P. & Santos, A., *Acontece in Loco – Dias de Campo* (pp. 111-117). Arcos de Valdevez: ARDAL.



Fig.41 - Antigo moinho abandonado

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'47.936" N

8°15'46.653" W

Nas fotografias do inquérito à *Arquitetura Popular Portuguesa* podemos ver os graves problemas que as pessoas tinham, nomeadamente, telhados de colmo, casas minúsculas, fome, falta de higiene (sem acesso a serviços básicos) e exploração infantil. Numa reportagem da RTP de 1974 sobre os cantos tradicionais religiosos no Soajo e na Várzea, podemos verificar a pobreza daquelas terras em que se via pessoas a andar descalças nas ruas e nos campos, e a estrada que dá hoje acesso ao lugar da Várzea ainda estava em construção. Esta era uma das poucas aldeias de Portugal onde existiam *Carpideiras*, mulheres cuja profissão era chorar por defuntos alheios, salientando a falta de desenvolvimento da comunidade.³⁸

Esta realidade contrasta com o olhar romântico que se tem para estes lugares. Esta cultura de esforço e miséria é hoje em dia considerada património, porém quem partiu quando volta não tem o mesmo entusiasmo por esta arquitetura. Por isso quando as pessoas constroem as suas casas completamente dissonantes com o que lá existia, era o que se pretendia, fugir da vida miserável que tiveram quando eram crianças. Muitos fugiram clandestinamente e foram obrigados a deixar um estilo de vida e começar outro no dia a seguir, num país completamente diferente, com outra língua e com outra cultura.

38 Giacometti, M. (Autor) & Tropa, F. (Realizador). (1974). *Cantos Religiosos no Alto Minho* [Programa de Televisão]. Arcos de Valdevez: RTP. Consultado em Agosto 12, 2021, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cantos-religiosos-no-alto-minho/>



Fig.42 - Aglomerado da aldeia da Ermida

Ermida, Ponte da Barca

41°49'4.976" N

8°15'40.242" W

“Trabalhadores duros e sensatos, quando voltam a sua terra são conflituosos. Vem de férias de verão e por vezes de natal para a sua aldeia fazer em semanas casas espantosas de cimento e tijolo com varandas, alpendres, escadas, telhados descontrolados, alguns em telha preta, e pintados com cores fortes ou revestidos de azulejos berrantes. São concebidas licenças duvidosas por engenheiros das câmaras de projetos copiados de revistas estrangeiras que descaracterizam as aldeias portuguesas que são a razão de muitos estrangeiros nos visitarem. E nem as aldeias serranas se salvaram de tal calamidade.” - Orlando Ribeiro.³⁹

A emigração destas terras de montanha é algo que se pode considerar cultural. No inverno os trabalhadores destas aldeias iam para o Douro e para a Beira Alta e voltavam no verão, mesmo antes de se ter começado a emigração para a França e para o Brasil.⁴⁰ Porém este fenómeno de “descaracterização” é também causado por os locais que apesar de não terem emigrado tem uma cultura mais diversificada que consequentemente vai resultar numa nova construção, com novos materiais, com novas tipologias e com novos confortos.

O próprio Santuário da Peneda é uma construção de fora, inspirada em igrejas de fora e financiada pelas doações dos romeiros que se deslocavam do norte de Portugal e da Galiza até aquele local sagrado, e ainda assim não acaba por ser menosprezado como a dita “casa do emigrante”.

39 Ribeiro, Orlando (1987). Entre-Douro-e-Minho.. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I serie, Vol. III*, 5-11. pag. 9-10

40 Domingues, A., Barros, F. & Viana, C. (2021, 6 de agosto). *Arquiteturas Tradicionais*. Conferência Dia do Brandeiro, Melgaço, Portugal.



Fig.43 - Aglomerado Vila do Soajo

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'36.059" N

8°15'48.719" W

Tudo o que o ser humano criou, os seus hábitos, as suas ideias políticas e a sua economia, levou à modificação do comportamento das populações e consigo à alteração duma paisagem. Os emigrantes portugueses que viajaram para o exterior que acabaram por voltar com outra cultura e vivências, refletem através das suas construções, dos seus materiais e técnicas e da escala das suas casas, um estilo de vida mais elevado.⁴¹

Os efeitos da emigração são visíveis na paisagem com a construção descontrolada de mansões, que contrastam com as construções tradicionais e características duma região. O tempo de aceleração, a vertigem da evolução tecnológica e o ruído constante do mundo fez-se sentir também nestas aldeias remotas. É facilmente visível todas as metamorfoses que os últimos 50 anos deixou neste local. É assim necessário considerar a diversidade no seu conjunto e não apenas isolar estas intervenções.

As mais recentes casas são muito criticadas por quem aprecia a arquitetura tradicional desta região. Segundo o Geógrafo Álvaro Domingues, esta atitude demonstra o “trauma do luto”, ou seja, a não aceitação do fim do estilo de vida serrano. Os campos já não são trabalhados e se não fosse por subsídios também já não existiria gado a pastar na montanha. Agora o ser emigrante é o principal ofício da população, uma população fisicamente ausente, contudo, bastante presente com as suas construções.⁴²

41 Ribeiro, O. (1982). Paysages, régions et organisation de l'espace. In Scritti Geografici in *onore di Aldo Sestini*, Società di Studi Geografici, (pp. 879-893.).

Florença: Società degli studi geografici.

42 Domingues, A., Barros, F. & Viana, C. (2021, 6 de agosto). *Arquiteturas Tradicionais*. Conferência Dia do Brandeiro, Melgaço, Portugal.



Fig.44 - Construções em tijolo

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'20.818" N

8°15'52.868" W

A vida difícil do campo e o isolamento das aldeias levou a que se desenvolvessem atividades e organizações sociais de modo a ultrapassar os obstáculos que a serra lhes colocava. As dificuldades dos trabalhos tornou estes povos comunitários, sobrevivendo algumas até aos dias de hoje. A malha do centeio, o forno do povo, os moinhos, o fojo do lobo e as vezeiras eram práticas de entreajuda que permitiam às populações resistir aos fortes invernos e à falta de produtividade da terra. Subsistindo do pastoreio e da agricultura moldaram o território que ocupavam, organizando-o em zonas de pastagens, zonas agrícolas, zonas de floresta e zonas de habitação. A agricultura e a arquitetura têm sido os principais fatores que moldam a superfície da montanha, construindo paisagens humanizadas.

A arquitetura vernacular caracteriza-se pela sua durabilidade e versatilidade que pretende resolver melhor o problema da habitação sem pôr em causa o meio natural em que se insere, indo para além de tendências e estilos. Em vez de contrariar a natureza em que se instalam, procura-se uma compreensão do clima e da sua topografia aceitando os seus desafios. Os vários construtores e artesãos demonstram um enorme talento em conseguir inserir as suas construções em ambientes naturais, coexistindo com a sua envolvência na pequena e na grande escala.⁴³

43 Rudofsky, B. (1965). *Architecture without architects: A short introduction to non-pedigreed architecture*. (1st ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press.



Fig.45 - Lugares de Tibo, Rouças e Gavieira

Gavieira, Arcos de Valdevez

41°55'40.351" N

8°14'15.476" W

Pelas encostas surgem pontualmente povoados que se instalam nas proximidades de riachos, para poder responder às suas necessidades, rasgam-se leiras na montanha e criam-se percursos que levam até ao alto da serra. Estes socalcos vão tomando posse da mata que antes existira e ainda abatendo todo o arvoredado indesejável.

Por norma, os povoados são aglomerados onde se apilham “uma dúzia de casas, a venda, a escola, a igreja e o adro”⁴⁴ servindo poucas famílias. A aldeia concentra-se num núcleo com ruas muito estreitas que apenas deixam espaço para um ou outro larguinho, deixando assim lugar para os terrenos agrícolas que a circundam. Estes núcleos formam uma unidade cerrada, rodeados por campos, prados e hortas, que por sua vez são cercados por bosques e arvoredos. Organizados em lugares, estes povoamentos típicos da montanha são ligados entre eles por uma estrada ou caminhos. A adaptabilidade do ser humano à serrania está bastante presente no seu espaço de vida ligado às características do solo e ao relevo da paisagem organizando-a em diferentes “sítios” de habitação, de cultivo e de pastoreio.⁴⁵

44 Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. pag.25

45 Soares, N., Pimenta, E. (2010). *Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território*. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.



Fig.46 - Lugar de Rouças

Gavieira, Arcos de Valdevez

41°56'46.564" N

8°14'40.066" W

As aldeias parecem inalteradas pela sua construção duradoura, as ruas são em calçada e as construções em pedra, com coberturas de telha que vieram substituir as de colmo. A economia caracteriza as construções destas aldeias, a pequena habitação, as cortes e os corrais estão relacionados com a produção de gado já os espigueiros e eiras com a secagem e armazenamento do milho e do centeio. Apesar de as condições geográficas permitirem que os costumes prevalecessem, o progresso económico ameaça colocá-los no esquecimento.

Nesta região encontram-se duas aldeias que se podem caracterizar como mais urbanas, o Soajo e Castro de Laboreiro, visto que o isolamento dos lugares de montanha levou à formação de dois pequenos centros distintos em cada município. No caso do Soajo tratava-se da sede do conselho que se veio a extinguir a 20 de abril de 1852. Nestas aldeias existem edifícios de 2 a 3 pisos com varanda no último, sem possuir nenhum terreno agrícola associado, o que lhes dota de um carácter urbano característico das terras baixas.⁴⁶

46 Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.



Fig.47 - Casa Urbana

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'25.79" N

8°15'51.842" W

A povoação do Soajo, a norte do conselho de Arcos de Valdevez, demonstra a adaptabilidade das suas gentes à região que tem tanto de bela como de inhóspita. Os primeiros documentos disponíveis datam o ano de 950 onde a Vila era designada por Suagio com inúmeras referências históricas da idade média que dotaram a região de características singulares da sua ocupação. Desde os diversos núcleos megalíticos funerários pré-históricos (mamoas e antas) localizados no Mezio e a arte rupestre ao ar livre no Gião até ao conjunto de espigueiros na eira comunitária e o núcleo habitacional do Soajo com o seu pelourinho, demonstram a sua autonomia.⁴⁷

Ao percorrer o Soajo pode-se ouvir as levadas que atravessam a aldeia, que são utilizadas para as necessidades da população como também para canalizar a água nas fortes chuvas, visto que a região do Alto Minho é considerada, em Portugal, a que tem o maior índice de pluviosidade, agravando-se nas zonas de montanha. Estes cursos de água seguem, posteriormente, para os campos agrícolas onde iriam regar as diferentes culturas, especialmente o milho.

⁴⁷ Soares, N., Pimenta, E. (2010). *Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território*. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.



Fig.48 - As “Levadas” nas ruas

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'22.005" N

8°15'50.295" W

Com o aumento da cultura do milho no séc. XVIII, surge a necessidade de proteção contra os ratos e de o armazenamento ser em estruturas próprias, sendo normalmente reunido em eiras comunitárias. Este armazenamento de comida em comunidade é uma lógica encontrada tanto na Península Ibérica como no Japão e no Sudão.⁴⁸

O respeito religioso da comunidade pelo pão que tinham na mesa e pelos produtos que o concebem comprova o duro estilo de vida de subsistência que as populações possuíam. Como tal, o local de armazenamento dos alimentos era considerado sagrado pela escassez e pobreza da região o que se refletia também na sua construção. Os espigueiros possuem na sua base pilares com capitéis circulares que funcionam como proteção dos ratos, afastando-se da superfície térrea, as suas paredes são ritmadas com aberturas que permitem a ventilação do seu interior e os frontões dão-lhes um carácter clássico onde é colocado no topo uma cruz, demonstrando a ligação entre estas estruturas e a crença religiosa. A sua estrutura granítica está relacionada com a resistência ao fogo.

A maior concentração de espigueiros encontra-se no Lindoso, onde a própria aldeia é organizada ao redor dos mesmos e do castelo medieval. A sua posição estratégica é privilegiada de modo a poder aproveitar o vento para a secagem dos cereais e ainda pela facilidade de transferir os alimentos para o interior do castelo em caso de guerra ou invasão.

Perdidas nos vales, as famílias persistiam num processo lento de construir as suas vidas em comunidade. Só a partir do séc. XVIII é que este estilo de vida despertou o interesse de estudiosos e curiosos que publicaram alguns artigos que se debruçavam sobre o associativismo entre vizinhos, costumes estes praticados pelas populações isoladas na serra.⁴⁹ A construção do espigueiro, atualmente tão reconhecida, foi também alvo desses estudos, pelo interesse das capacidades que uma população tem para conseguir subsistir em comunidade, mesmo afastada dos grandes centros.

48 Rudofsky, B. (1965). *Architecture without architects: A short introduction to non-pedigreed architecture*. (1st ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press.

49 Sousa, T. M. (2009). *Serra do Gerez - estudos - aspectos - paisagens*. (2nd ed.). Terras de Bouro: Camara Municipal de Terras de Bouro.



Fig.49 - Eira da Portela da Leija

Lindoso, Ponte da Barca

41°51'50.161" N

8°13'1.119" W

Se nos espigueiros encontramos o talento que estes homens tinham para trabalhar a pedra, também o vamos encontrar nas suas casas, à parte de muitas construções rudimentares com cobertura de colmo ou da casa do emigrante que voltou rico do estrangeiro, ainda é possível encontrar exemplares em que a pedra era talhada em blocos esquadrados, assentes na perfeição. Desenhadas pelo esquema usual, a entrada debruçava-se sobre o caminho ou sobre um eido lateral, a casa é composta ainda por uma varanda com um quartinho no extremo, um quarto grande e uma cozinha.⁵⁰

“Uma arte comunitária, não produzida por alguns intelectuais ou especialistas, mas pela atividade espontânea e contínua de um povo inteiro com um património comum, agindo sob uma comunidade de experiência” – Pietro Belluschi ⁵¹

Pela força das condições do isolamento, do ardo trabalho e do clima austero a vida na serra é constituída de hábitos muito limitados e até primitivos. Os habitantes desta região são culturalmente conhecidos pela sua rudeza, resultado do isolamento e de dificuldades de subsistência que os tornou, por outro lado, em gente decidida e unida. O mesmo se reflete para a sua arquitetura rude, franca e expressiva, significativa não apenas pelo seu individualismo, mas também pelo esforço de uma comunidade que trabalhou em conjunto para conseguir criar condições para viver.

50 Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.

51 “a comunal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience”

Rudofsky, B. (1965). *Architecture without architects: A short introduction to non-pedigreed architecture*. (1st ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press. pag. 10



Fig.50 - Casa popular transformada

Soajo, Arcos de Valdevez

41°52'25.834" N

8°15'44.615" W

A existência de várias vivências num território fortemente condicionado pelas alterações das diferentes estações do ano, pelo clima agreste e a necessidade de sobrevivência, fez com que se potencializasse as crenças religiosas.

Neste contexto de rituais e religiosidade encontram-se inúmeros percursos primitivos de peregrinação, locais de reflexão, alminhas, mosteiros e santuários da tradição cristã como é exemplo o Santuário da Nossa Senhora da Peneda, considerada a maior romaria mariana do Minho. O caso da peregrinação a S. Bento do Cando, ligado ao isolamento refletivo dos romeiros, em menor escala, é consolidado com a presença beneditina que marcou as zonas da serra a partir do séc. XIII.⁵²

Ainda nas ruas das aldeias e nos caminhos pela montanha surgem as alminhas que são estruturas “erigidas em cumprimento votico dalgum crente, espalham-se pelas bermas das estradas, apelando para a devoção do caminhante, lembrando-lhe as penas do Purgatório a que estão sujeitas as almas dos seus semelhantes, para cuja salvação solicitam a oração, o pensamento e, se possível, a esmola.”⁵³ Normalmente construídas em granito, as alminhas são apresentadas de todo o tipo de formas, desde o pequeno nicho da parede de uma casa até ao frontão com colunas em lugares evidentes onde faz abrigo para um santinho. Na sua base encontrava-se o cofre, protegido por grades, onde era suposto deixar uma esmola após a oração.

52 Soares, N., Pimenta, E. (2010). *Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território*. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

53 Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. pag. 99



Fig.51 - Alminhas à chegada da aldeia

Ermida, Ponte da Barca

41° 49' 4.286" N

8° 15' 41.969" W

Existem inúmeros caminhos calcetados, pontes e diversas construções espalhadas pelas serras e pelos planaltos que, por norma, se relacionam não só com a prática do pastoreio como também com a agricultura.

Para além dos terrenos agrícolas que rodeiam os aglomerados habitacionais, também se encontram cultivos distantes da povoação, muitas vezes em locais mais elevados da serra. Devido às características do solo, os lavradores são obrigados a deslocar-se a terrenos distantes da aldeia para poderem subsistir da terra, todavia estes espaços possuem apenas uma ocupação pontual, depois dos meses de verão são inundados pelo silêncio da serra.⁵⁴

Apesar da forte luta por artificializar os solos para que possam ser cultivados, o que domina na montanha são extensos terrenos incultos, quase sempre baldios. Se a abundância de água o permitir é possível produzir milho, caso contrário o centeio é o que o substitui para o fabrico do pão, que é essencial para a base alimentar destas comunidades. Trata-se de uma economia agrícola extensiva, mas muito pobre, tornando-se necessário recorrer ao pastoreio de modo a compensar o escasso rendimento da terra.⁵⁵ Com isto é possível afirmar que os povoados de montanha estão sujeitos a condições mais austeras para a agricultura e criação de gado do que nas regiões baixas, tornando-se mais difícil a vida de subsistência.

54 Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.

55 Ribeiro, O. & Santos, M. A. P. (1951). Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, (pp. 59-69). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Fig.52 - Branda de Bilhares

Ermida, Ponte da Barca

41°49'15.417" N

8°14'25.772" W

Após a maior Revolução Agrícola do Norte de Portugal, com a introdução do milho vindo das Américas alterou-se por completo o território, os modos de produção, armazenamento e distribuição de propriedades com reflexos até a atualidade. De modo a poder cultivar em locais de encosta acentuada, foi necessário moldá-la em pequenas leiras, permitindo obter terrenos agrícolas onde se praticava o milho de regadio e uma policultura de sequeiro.⁵⁶

A altitude restringe a produção de certos alimentos que não resistem aos difíceis invernos, é exemplo a vinha e a maior parte das árvores de fruto, que não se desenvolvem bem em áreas elevadas, com a exceção do castanheiro. Já o centeio pode-se cultivar até os 1600 metros de altitude, o milho até os 1100 e a batata pode ainda ser cultivada nos 1300 metros de altitude. Devido à pobreza do solo e ao rigor do clima, a economia agrária da montanha assenta no centeio, na batata e no milho. Estes produtos são em conjunto com a carne, gordura de porco, leite e queijo a base de alimentação humana.⁵⁷

56 Soares, N., Pimenta, E. (2010). *Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território*. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

57 Ribeiro, O. & Santos, M. A. P. (1951). Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, (pp. 59-69). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Fig.53 - Branda das Bosgalinhas ainda em uso

Gaveira, Arcos de Valdevez

41°58'4.002" N

8°15'57.823" W

A economia da serra difere muito das terras baixas, não tanto pelo seu relevo e altitude, mas antes pela sua recorrente modificação do clima e pelas suas restrições. As zonas altas devido aos “ventos húmidos do quadrante ocidental e independentemente da orografia acima dos vales, planaltos ou depressões faz com que esta região tenha uma maior quantidade de precipitação em comparação com o resto do país e no inverno cai sobre a forma de neve”.⁵⁸ Devido à enorme quantidade de precipitação e à presença de neve no inverno o mundo montanhoso está longe de ser estável, são por isso terras frias e com um rude e duradouro inverno que cria limitações na economia frágil dos campos.

A humidade alimenta a montanha de grandes precipitações que permitem o regadio todo o ano, tornando a terra rica em água que permite criar prados em solos de alta montanha. Estes lameiros são normalmente utilizados para produzir feno e para pastagem. São delimitados por um muro de pedra e podem ser de proprietários ou comunais, para a pastagem do touro. Ainda que o granito seja uma pedra que permite ter solos férteis visto que absorve a humidade, o relevo da montanha dificulta a produção agrícola, pois são raros os extensos lugares planos e ainda existem grandes superfícies de rocha nua.

⁵⁸ Ribeiro, O. & Santos, M. A. P. (1951). Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, (pp. 59-69). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pag. 59



Fig.54 - Prados na Serra da Peneda

Cabana Maior, Arcos de Valdevez

41°54'30.19" N

8°19'23.352" W

Nas montanhas o ser humano talhou construções de abrigo para o pastor e para proteção do gado de modo a conseguir aí permanecer durante alguns meses. Uma das construções serranas mais utilizadas são as barracas, que aproveitam qualquer desnível, socalco ou ladeira rochosa com a altura suficiente de uma pessoa para fazer uma escavação de modo a abrigar o pastor numa borrasca ou tempestade. Uma variante da barraca são as que surgem de rasgos numa fraga maciça onde se completam as restantes paredes para vedar o espaço com as pedras existentes no local.⁵⁹

Estes tipos de construções costumam se localizar perto dos campos de cultivo da serra, são por norma um refúgio para o pastor na encosta e por vezes são utilizadas para guardar algum gado, onde pode ser acrescentada uma porta para proteger os animais das investidas do lobo, pode ainda servir para guardar feno ou até mesmo os carros dos bois.

59 Polanah, L. (1987). *Comunidades camponesas no Parque Nacional Peneda-Gerês*. (2nd ed.). Lisboa: Serviço nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.



Fig.55 - Cortelho no socalco

Cabreiro, Arcos de Valdevez

41°57'51.833" N

8°23'47.098" W

Localizadas no alto das serras do Soajo e da Peneda, as verandas ou brandas são espaços de permanência sazonal, apenas utilizadas no verão, quando as famílias se mudavam para poderem lá pastar o gado, praticando a transumância. Esta forma de povoamento está fortemente relacionada com uma cultura de cultivo e movimento de gado.⁶⁰

Surge assim nas brandas o cortelho, um tipo de construção de apoio ao pastoreio, estrutura utilizada para recolher os animais, tal como acontece com as barracas descritas anteriormente, no entanto este distingue-se pelo facto de não depender de quaisquer acidentes naturais na topografia do terreno para a sua construção. O abrigo é construído integralmente em pedra, fazem-se as paredes sobre uma base quadrangular até a altura de uma pessoa e de seguida avançam para o centro com uma forma circular até completar a abobada falsa. Na cobertura as pedras são diferentes das utilizadas nas paredes, mais achatadas e quadrangulares e denominadas popularmente por cápias, que são sobrepostas sucessivamente de forma a conseguir manter uma inclinação estrutural até fechar a abobada. Por fim, são colocados terrões em prole de maior estabilidade e melhor eficiência térmica.⁶¹

60 Soares, N., Pimenta, E. (2010). *Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território*. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

61 Polanah, L. (1987). *Comunidades camponesas no Parque Nacional Peneda-Gerês*. (2nd ed.). Lisboa: Serviço nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.



Fig.56 - Cortelho do Pastor

Cabana Maior, Arcos de Valdevez

41°54'3.255" N

8°18'55.292" W

Os pastores eram obrigados a defender a todo o custo a sua maior fonte de rendimento dos predadores, neste caso os lobos que desciam das serras atacavam rebanhos e dizimavam economias.

Na tentativa de controlar estes ataques a população organizava-se para realizar a batida aos lobos, isto é, um regedor convocava a população, esta reunia-se na praça principal da aldeia para definir o plano para a batida, o sinal era dado por um som de um búzio e os pastores com os seus rebanhos desciam da montanha de forma a libertá-la. O mesmo acontece em todas as outras freguesias da serra que saem à hora marcada para guiar o lobo para o fojo, onde era criado um cerco que se ia apertando até chegar à armadilha.⁶²

Localizadas nos altos das serras estas estruturas aproveitavam-se de um grande declive formando um grande V de muros altos para que o lobo não consiga saltar e afunilam até chegar a um foço onde era caçado. Alguns dos braços destas armadilhas podem chegar a ter mais de 1 quilometro de distância criando uma grande marca na paisagem que demonstra mais uma vez a luta das comunidades com as dificuldades que a serra possuía, sendo que atualmente apenas restam as ruínas destes grandes muros de caça.

Algumas destas construções foram concebidas há vários séculos para capturar tanto os lobos como javalis, corços, veados e cabras do Gerês (animal já extinto). Outrora também existiriam outras estruturas semelhantes denominadas de silhas para proteger as colmeias dos ursos, porém esta é uma espécie extinta na região.⁶³

62 Mendes, H. (Realizador). (1964). *Uma Batida aos Lobos* [Programa de Televisão]. Gerês: RTP. Consultado em Agosto 17, 2021, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/uma-batida-aos-lobos/>

63 Barros, F. (2015). *Construção do território e arquitectura na Serra da Peneda - Padrão (Sistelo) e suas brandas - um caso de estudo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.



Fig.57 - Fojo do lobo em ruínas

Lindoso, Ponte da Barca

41°48'59.24" N

8°11'30.194" W

A vezeira é uma forma comunitária de pastar o gado em zonas de alta montanha, onde um pastor acompanhado por um proprietário guardava o gado à vez, isto é, através de um sistema rotativo entre a população residente. A vigilância do gado era alternada entre os proprietários ou pastores pagos pela comunidade, em que o número de cabeças de gado determina o número de vezes que era necessário ir para a serra. Apenas existia um touro por comunidade que pasta num prado comunal e é abrigado nas cortes de cada um alternadamente segundo o mesmo critério.

Os pastores das vezeiras pernoitavam no alto da serra nos meses de maio a outubro em abrigos com um curral. Estas construções de pedra em junta seca permitem ao pastor guardar os animais recolhendo-os dentro da vedação amuralhada de modo a protegê-los das investidas do lobo. Atualmente, essa prática comunal deixou de ser usada visto que se abriram estradões pela serra que facilitam o acesso sem a necessidade de pernoitar nos abrigos. O gado continua a ser deixado no monte nos meses de maio, porém já não é vigiado e pasta livremente até que em outubro volta a descer a montanha. Outros proprietários optam por deixar o gado pastar nos terrenos agrícolas, visto que estes são cada vez menos trabalhados. Apesar de ganhar maior escala na serra, estes hábitos comunais são comuns em outros locais, não sendo exclusivos da montanha.⁶⁴

64 Ribeiro, O. & Santos, M. A. P. (1951). Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, (pp. 59-69). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Fig.58 - Pastagem nos socalcos em pousio constante

Cabreiro, Arcos de Valdevez

41°57'46.994" N

8°23'56.383" W

Foi durante o início do séc. XX que surgiu esta nova atividade económica que atraiu milhares de homens a deixar a sua vida do campo para exploração mineira que era melhor remunerada. Em toda esta região surgiram pequenas minas e explorações normalmente de quartzo, feldspato, molibdenite, scheelite e volframite que além criarem novos postos de trabalho também criaram uma nova estrutura viária para o acesso a estes locais inóspitos e para o escoamento dos produtos.

Durante a Segunda Guerra Mundial com as altas cotas dos minérios, a população procurou desenfreadamente multiplicar as pesquisas e assim conseguir o registo de minas para vender ou explorar. Localizadas muitas em afloramentos rochosos nos altos das serras, em terrenos baldios que eram antes utilizados para o pastoreio.

No fim da década de 60 a atividade começou a entrar em recessão devido à queda do mercado internacional de volframite que acabou por terminar com a criação do parque em 1971 que não permitia explorações mineiras dentro dos seus limites. Esta exploração é evidenciada pelas estruturas das minas dos carris, na serra do Gerês e pelas inúmeras escavações que se encontram ao longo das serras deixando marcas claras e preocupantes num Património Natural.⁶⁵

65 Silva, R. (2011). *O Gerês: de Bouro a Barroso - Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais* (1st ed.). Porto: Edições Afrontamento.



Fig.59 - Exploração mineira no alto da Serra Amarela

Lindoso, Ponte da Barca

41°49'5.479" N

8°11'29.108" W

O desbaste do manto florestal era uma constante apoderação de terrenos para a agricultura e pastorícia visto que se necessitava de criar espaços para os pastos e culturas. Sendo assim, as povoações tornaram-se a principal ameaça, desbastando os vales e planaltos da montanha. Cortaram-se árvores e fizeram-se extensas queimadas nos altos das serras para ter pasto verde para o gado no verão, posteriormente os rebanhos vão comendo os seus rebentos e assim a floresta vai se confinando nos locais mais inacessíveis. Como acima do limite a que se cultiva o centeio não existem muitos recursos, destinavam-se essas áreas para o pastoreio e as zonas mais férteis para os campos agrícolas. Nas florestas mais inacessíveis resguardavam-se os ursos, lobos e javalis que dizimavam colheitas e rebanhos, deixando muitos prejuízos, revoltando as populações e levando-as a eliminar os seus refúgios.⁶⁶

O séc. XVIII assinala assim um período intenso de desflorestação que está não só relacionado com o consumo do quotidiano, como também com a indústria de produtos florestais, ou ainda o fabrico de carvão, queimadas e ausência de vigilância.

Surge assim uma maior preocupação com a reposição dos recursos naturais no país, no entanto, os trabalhos de arborização das serras apenas têm início em 1886 com a criação dos Serviços Florestais, tornando-se apenas prioritária a política florestal no séc. XX, onde são criados vários viveiros na montanha que visavam a replantação das serras em prole de recompor as florestas do passado.⁶⁷

66 Ribeiro, O. (1986). *A Arrábida : esboço geográfico*. (3rd ed.). Sesimbra: Fundação Oriente.

67 Devy-vareta, N. (1989). Os Serviços Florestais no Século XIX Os Homens e as Ideias. *FINSTERRA Revista Portuguesa de Geografia*, Vol.24 N° 47, 105-116



Fig.60 - Viveiro da Casa Florestal de Tieiras

Gavieira, Arcos de Valdevez

42°0'19.466" N

8°12'30.194" W

Para incentivar o turismo as casas dos guardas-florestais foram reaproveitadas de forma a criar habitações para o turismo na natureza. Também criaram equipas para informar, sensibilizar e instruir as populações da melhor forma de explorarem as potencialidades que o turismo lhes iria trazer mantendo o carácter arquitetónico tradicional das suas aldeias. Desta forma, os habitantes podiam alugar os quartos disponíveis, obtendo uma nova fonte económica, agora relacionada com o turismo e não apenas voltada para a agricultura, o que possibilitou as condições necessárias para a criação de restaurantes locais.

O plano diretor do Parque criou ainda as Portas do Parque, locais de acolhimento ao público onde se iria disponibilizar todas as informações e rotas para visitar a região, localizadas nos pontos de entrada da área de proteção total em Lamas de Bouro, no Mezio, no Gerês e no Lindoso.⁶⁸

O Presidente da Junta de Cabreiro, João Carlos Barbosa, explicou numa conversa que os investimentos turísticos foram benéficos pelo facto de conseguirem tirar a freguesia do esquecimento, por outro lado existem vários casos, e um deles nesta freguesia, em que o lugar passa a pertencer a uma única pessoa. Deste modo, o património da aldeia converte-se em empreendimentos turísticos que revitalizam a economia de alguns, na maioria residentes fora do concelho e até mesmo estrangeiros com a utilização de plataformas na internet como por exemplo o Airbnb.

⁶⁸ Domingos, G. (2011). *Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos*. (1st ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.



Fig.61 - Carros estacionados nas bermas

Sistelo, Arcos de Valdevez

41°58'28.617" N

8°22'24.888" W

É essencial ter em atenção a urgência de uma promoção socioeconómica da população residente, vítima da degradação do valor histórico e cultural dos seus usos e costumes como também da própria paisagem que a caracteriza. O impacto dos visitantes sobre a população pode pôr em causa a salvaguarda do património que justificou a criação do próprio Parque. A ação dos visitantes sobre a população pode criar desequilíbrios tornando-se necessário que os mesmos tenham um contacto cauteloso com a realidade que lhes é desconhecida.⁶⁹

Esta promoção socioeconómica pode tanto contribuir para uma sustentabilidade económica das populações residentes, como também pode contaminar um modo de vida baseado na utilização de recursos naturais, passando para uma sociedade de consumo e lucro imediato. De modo a combater esse rumo, as populações residentes devem entender o seu próprio valor cultural e assim se defenderem das tendências da sociedade contemporânea. Uma das principais bases do turismo são o Património Cultural e Natural, o que pode tanto servir como fator de destruição como de conservação e enriquecimento. Sublinha-se também que é crucial garantir que o turismo utilize devidamente os recursos naturais, visto que muitas das vezes os mesmos não são renováveis.⁷⁰

69 Silva, M. (1980). PNPg – Projeto integrado de desenvolvimento cultural. *Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º*, 3-4.

70 Mateus, L. M. (1980). Intervenção museológica na área do Parque Natural da Peneda-Gerês. *Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º*, 5-6.



Fig.62 - Guia turístico no Castelo do Lindoso

Lindoso, Ponte da Barca

41°51'59.872" N

8°12'0.088" W

Quando Portugal entrava na Comunidade Económica Europeia a autarquia de Terras de Bouro, apoiada pelo Governo Civil de Braga, propôs a abertura da fronteira da Portela do Homem. A estrada de terra batida era maioritariamente utilizada pelos guardas do Parque que se localizava no coração de uma das áreas protegidas. Atravessando a Mata da Albergaria esta passagem era, segundo a autarquia, uma oportunidade para o desenvolvimento do conselho, com a sua abertura permanente, os visitantes espanhóis poderiam chegar facilmente ao Gerês impulsionando o turismo da região. Por outro lado, esta via atravessa uma das maiores áreas de proteção do Parque, que com a abertura da Portela do Homem, tornou-se vítima de inúmeros problemas, desde a poluição atmosférica e sonora, produzida pelos carros, até à poluição causada pelas pessoas que se serviam da mata para fazer piqueniques ou outras atividades. Apesar dos benefícios turísticos anteriormente referidos, atualmente a circulação nesta via está condicionada, já não se pode transitar livremente, o estacionamento é interdito e a passagem apenas é possível através do pagamento de uma taxa.⁷¹

Estas estradas, que pretendem dar apoio a aldeias isoladas e boas condições a quem as visita, são muitas vezes barreiras para a vida selvagem, pondo em causa a sua conservação. Segundo a União Internacional de Conservação da Natureza, os principais objetivos de um Parque Nacional são em primeiro lugar a conservação das espécies, ecossistemas e paisagens e posteriormente o seu aproveitamento para estudos científicos e usufruição dos recursos naturais, fornecendo aos visitantes benefícios culturais e recreativos. Os Parques devem controlar os desenvolvimentos e projetos turísticos dado que muitas das vezes estes põem em causa a principal razão que leva a milhares de pessoas a visitar aqueles lugares. É inegável que o turismo é a principal fonte de rendimento de muitas regiões e países, por isso é essencial garantir que este desempenhe também um papel de salvaguarda e de divulgação do património cultural e natural.⁷²

71 Domingos, G. (2011). *Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos*. (1st ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

72 Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural. (1981). *Conclusões: II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património*. (1st ed.). Braga: ASPA.



Fig.63 - Família de javalis a atravessar a estrada

Soajo, Arcos de Valdevez

41°51'46.603" N

8°16'40.189" W

A força do progresso tornou como prioridade a criação de barragens, tendo impactos negativos nas povoações, uma vez que ficaram mais isoladas e com parte dos seus campos agrícolas submersos, afetando os seus rendimentos. São, assim, um dos exemplos da forma “irresponsável e desconhecadora”⁷³ que se apropria do património natural.

Na altura da concretização destes empreendimentos hidroelétricos, a organização espacial era completamente diferente, existiam vales profundos com aldeias a meia encosta e uma paisagem agrícola em socolcos. Após a finalização das barragens, em poucos dias o território teve uma mutação que alterou estes espaços rurais em lagos artificiais. Exemplo deste fenómeno é o caso da comunidade serrana de Vilarinho das Furnas que tiveram de abandonar a sua aldeia em 1972, perdendo assim uma secular organização espacial e social serrana.⁷⁴

Em 1991, quando a barragem do Lindoso foi concluída passou a ser o maior centro hidroelétrico de Portugal mesmo estando inserida numa reserva natural. As construções das barragens para o aproveitamento hidroelétrico tiveram um impacto tanto nos ecossistemas da região como no desaparecimento de culturas, como é exemplo não só a aldeia de Vilarinho das Furnas como também a Várzea, que ficou com grande parte dos seus campos submersos. Além disso, criaram-se acessos rodoviários que só acumularam danos no património.

Atualmente devido à procura do turismo rural, por várias ocasiões se tentou criar praias fluviais e a utilização de embarcações de recreio numa das zonas de proteção total. Caso esses projetos fossem aprovados seria motivo de grande preocupação, visto que estas áreas iam ser cada vez mais invadidas pondo em risco a sua conservação.

73 Gama, M. (2010). *Conservação da natureza do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. (1 st). Porto: Canhões de Pedra.

74 Silva, R. (2011). *O Gerês: de Bouro a Barroso - Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais* (1st ed.). Porto: Edições Afrontamento.



Fig.64 - Antiga Central Hidroeléctrica de Paradamonte

Soajo, Arcos de Valdevez

41°51'31.668" N

8°16'16.336" W

O que é que se passou? O que é que vai acontecer? Perdeu-se cultura? Quando é que se abandonaram as tradições? Pode-se reverter o abandono? Devemos esperar o fim ou reagir? Está assegurada a continuidade? Ainda há crianças no mundo rural? Realmente acabou o mundo rural? Aldeias rurais recuperadas ou cenografadas? O que é global e o que é local? Aldeias rurais ou Disneyland? Fantasia ou Realidade? Memória ou imaginação? É o turismo a solução? São as energias renováveis a solução? Tem estas aldeias isoladas alguma salvação? Quando é que o antigo rústico desapareceu? Quando é que apareceu o novo rústico? Qual é que vai ser a próxima mutação? Estamos a esconder ou a proteger? O que é que esta a ser conservado? Quais são os edifícios que se poderiam considerar conserváveis? Onde acaba a conservação? Salvar ou desenvolver? Recuperar ou construir? Podem ser recuperadas todas as estruturas? Recuperar para o quê? O que é que se pode aprender das ruínas? Será que as pessoas se apercebem que já acabou? Quem é que é da serra? Quem é que quer ser agricultor? Onde estão os emigrantes? Acaba alguém por voltar? Onde é que habitam os pastores? Será que já não existem? Eles eram felizes? E as vacas? Ainda há vacas? Já foram embora? Quando é que foram? Onde estão as condições que foram prometidas? Como combatemos o isolamento? Mais acessos? Mais uma autoestrada? Ou melhores acessos? A acessibilidade é para quem? Para os locais ou para quem visita? Qual é o futuro destas comunidades? São os apoios? São os estrangeiros? Ou não há futuro? Evolução ou destruição? O que é que se deve fazer perante a perda de património? Onde é que esta a arquitetura popular? O que é a arquitetura popular?

Um saco de cimento, duas de areia, uma de água e mais uma casa...



Fig.65 - Aldeia de Aceredo submersa pela Barragem do Lindoso

Lobios, Ourense (Espanha)

41°53'43.182" N

8°7'12.305" W

Proposta de Intervenção

A existência da paisagem rural nas montanhas e vales atrai milhares de visitantes e estudiosos. Porém, no momento atual, os socacos encontram-se ao abandono e muitos já cobertos de arvoredo, as calçadas das estradas são agora alcatroadas e as casas de granito tendem a ser substituídas com novos sistemas construtivos. Entendemos que isso tem implicado uma perda na cultura e na paisagem. A arquitetura popular que tanto foi valorizada e estudada tem-se diluído e apagado. Assim torna-se urgente a criação de projetos que deem apoio às populações e investidores no momento de intervir no território (entendendo que a própria arquitetura faz parte da paisagem).

Ao longo da montanha são muito os sítios que se encontram praticamente abandonados, e muitos mais são aqueles que já desapareceram ou estão a desaparecer. Devido a uma acelerada transformação gerada pelo crescimento económico da população e da pressão turística surge aí uma outra forma de abandono, não só das técnicas de construção mas também cultural. O que implicou uma nova reorganização do espaço da casa e do seu meio, em que os traços da arquitetura anterior foram raramente incorporados.

O empobrecimento da arquitetura popular é fruto da inquietante realidade da cultura coletiva de uma sociedade. Não se trata de um retorno a um passado, como em vários projetos se pretende fazer a reabilitação como se fosse uma mumificação, nem a aniquilação do presente, mas antes de uma arquitetura fomentada sobre uma secular experiência espacial e construtiva muito própria de um local. A arquitetura anónima, na verdade, apenas é a harmonização de um espaço a um uso específico e a uma função determinada. Condiçionadas sempre, pela capacidade tecnológica, as construções tornaram-se cada vez mais complexas e variadas, no entanto, respondem coerentemente aos problemas de forma racional.⁷⁵

É com base neste cenário que se propõe uma intervenção nesta paisagem como potencial reativação de costumes que se encontram hoje, apenas na memória de uma pequena parte da população. A proposta pretende criar uma ponte com uma vivência que já não existe, que permita uma reflexão coletiva sobre o uso de técnicas tradicionais para novos usos, requalificando um espaço físico e um espaço de conhecimento. Dos vários exemplos integrados no território, os canastos de varas foram a opção escolhida por ser uma técnica que pertence à história desta paisagem rural e que hoje, se encontra completamente extinta.

Assim, são essenciais os diferentes momentos de reflexão e aquisição de saberes de modo a criar os fundamentos necessários para o êxito da proposta. Primeiro, foi realizada uma análise de toda a documentação disponível sobre a técnica construtiva e do próprio meio em que ela era executada. Foram essenciais para este estudo tanto os textos como as fotografias realizadas pelos etnógrafos portugueses Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, que contribuíram com vários trabalhos de antropologia cultural, nomeadamente

75 Llano, P. (1996). *Arquitectura Popular en Galicia: Razón e Construcción* (1st ed.). Corunha: COAG.

sobre os canastos e espigueiros portugueses.

Numa segunda fase, fez-se uma relação com a missão fotográfica e experiência antes realizada, reconhecendo, assim, a importância da intervenção tanto para o local e a população como também para a própria dissertação. Por fim, deseja-se que o projeto seja executado numa atividade participativa, com a colaboração da própria população local, resultando numa partilha de conhecimentos que possam valorizar a proposta. É, consequentemente, parte do resultado da intervenção esse momento de partilha e inclusão da comunidade.





Fig.66 - Pedras dos canastros na eira de Vilarinho de Souto

Vilarinho de Souto, Arcos de Valdevez

41° 50' 0.486" N

8° 18' 43.59" W

Canastros de Varas

Com o aparecimento da agricultura, a domesticação dos animais e a consequente evolução da economia, a produção de produtos alimentares aumentou, surgindo uma maior necessidade de os armazenar e conservar. Antes do aparecimento da agricultura já os povos costumavam guardar os alimentos devidamente preparados para os períodos de escassez, ainda assim, esta produção não se distribuía de igual forma ao longo do ano, regia-se antes segundo um ciclo natural. Por um lado, a carne estava diretamente ligada com as caças e os momentos da matança, e por outro, os vegetais com as suas respetivas colheitas. Como era necessário conservar devidamente os excedentes para o ano inteiro, surgem as mais diversificadas formas e métodos de sistemas de armazenagem e conservação. A diversidade desses sistemas relaciona-se diretamente com a própria diversidade dos alimentos produzidos, mas também com as condições climatéricas e naturais de cada região.⁷⁶

Relativamente a algumas frutas, aos grãos, cereais e leguminosas a preservação é feita por norma com recurso à secagem ao sol e ao ar, feita em espaços aberto e eiras ou ainda em espaços cobertos. Depois de devidamente secos e preparados é necessário armazená-los segundo sistemas que os protegem contra a degradação por ação da luz, do ar, do calor e da humidade ou ainda de forma a afastar os alimentos dos animais, principalmente os roedores. As estruturas são sobretudo concebidas para combater a humidade, daí que resultem em construções de recintos fechados, arejados e afastadas do solo de modo que esta não possa arruinar as colheitas recolhidas.

O caso que mais nos interessa abordar é o dos celeiros exteriores, concebidos essencialmente para o armazenamento de milho. Tendo em conta as necessidades específicas para a secagem deste cereal, este sistema construtivo é normalmente assente numa estacaria e possui paredes com fendas que ajudam a arejar a câmara principal.

Este produto era uma das bases alimentares de vários países, como é o caso da área de Portugal e da Galiza, onde existiam canastros de varas e espigueiros de granito e/ou ripado de madeira.⁷⁷ Outros tipos de construções semelhantes podem ser encontrados nos “Balcãs, da Jugoslávia, Hungria, Bulgária, Roménia, do Cáucaso, nos núcleos alemães de Siebenburgen, na Roménia”⁷⁸. Já na América, continente de origem do milho,

76 O facto de ser possível armazenar os alimentos devidamente conservados teve um forte impacto na civilização humana. Por um lado, teve um efeito imediato no aumento da população e visto que se tornou menos presente as lutas pela subsistência imediata surgiram atividades que não estavam relacionadas com a sobrevivência como as artes.

77 Na Península Ibérica, por exemplo, os canastros que são celeiros circulares elevados do solo por pés e construídos através de vergas entretecidas vem de tempos remotos do neolítico e os mais atuais espigueiros retangulares foram difundidos pelos suevos que se instalaram na região no séc V.

78 Dias, J., Oliveira, E., Gadanho, F. (1994). *Espigueiros portugueses*. (1st ed.). Lisboa: Dom Quixote. pag.20



Fig.67 - Canastros do Soajo em Setembro 1902, fotografia de Rocha Peixoto⁷⁹

Soajo, Arcos de Valdevez

Fonte: Fototeca do Museu Nogueira da Silva

⁷⁹ “Homem de saber eclético, Rocha Peixoto foi uma das figuras mais marcantes da vida cultural portuguesa dos finais de oitocentos e início do século XX. A sua vasta obra como naturalista, etnógrafo, antropólogo e arqueólogo seduziu os seus contemporâneos e continua a influenciar os trabalhos científicos atuais”. Consultado em Novembro 14, 2021, em http://www.mns.uminho.pt/fototeca/midle_RPeix.html

os maias utilizavam estruturas deste gênero, principalmente no México, que surgem das mais variadas formas tanto redondas como quadrangulares, feitos de barro e/ou madeira, mas sempre destinados ao armazenamento do cereal. Inclusive no continente africano, mais especificamente em Moçambique encontram-se celeiros sobre estacas, baseados na técnica da cestaria. Entre estes tipos de armazenamento e os existentes em Portugal encontram-se grandes semelhanças, aparte de diferenças de pormenor.

Identifica-se toda uma variedade de formas, estruturas e técnicas de construção em que podemos compreendê-las em dois tipos de espigueiros: os canastros de varas e os espigueiros propriamente ditos.

Existem ainda, relacionadas diretamente com os espigueiros, as eiras, que em Portugal destinam-se à secagem e debulha do cereal. Um espaço comunitário envolvido pelos espigueiros que ao contrário das eiras possuem um proprietário. Normalmente a eira é bem delimitada sobre uma forma quadrangular, por vezes irregular, contudo, nas serras minhotas existem exemplos de eiras que são afloramentos rochosos mais ou menos regulares com ligeiros aperfeiçoamentos. Após a colheita estendem-se as espigas, o mais espalhadas possível na eira, possuindo um caráter mais temporário, enquanto o espigueiro adquire um caráter de armazenamento definitivo.

Os espigueiros em geral, como o próprio nome indica, são estruturas destinadas ao armazenamento de espigas mantendo-as num ambiente seco e arejado, e ainda capazes de as proteger de roedores ou mesmo aves. Tal como mencionado anteriormente, são construções compostas por um corpo principal, onde é guardado o alimento. As suas paredes possuem várias aberturas estreitas que permitem a ventilação do interior que por sua vez está assente numa base, denominada assento, que permite o afastamento dos alimentos do solo.

O canastro de varas é composto por um corpo vareado que se baseia na técnica da cestaria. Entrelaçavam-se galhas em paus que tanto se espetavam diretamente no solo ou se erguiam numa grade de traves e ainda havia a possibilidade de pousarem numa mesa redonda de pedra. Por fim estas estruturas eram cobertas por colmo ou palha milha de modo a proteger a madeira. Por norma, o canastro possui uma base redonda e uma cobertura cônica, em que o remate da cobertura segue a lógica das medas do centeio (montão cônico de feixes de palha), contudo existiam alguns exemplares de base retangular e cobertura de duas águas, que se aproximam da ideia construtiva dos espigueiros propriamente ditos.⁸⁰

Estas estruturas são preenchidas de espigas por uma pequena abertura lateral, assim que essa abertura esteja coberta esta é fechada por uma tábuca de madeira e completa-se o enchimento do canastro pela cobertura. Este segundo processo de colocação do milho pela cobertura poderia ser feito através de um espaço

⁸⁰ Os espigueiros propriamente ditos são estruturas de pedra ou madeira porém hoje existem muitos casos de tijolo e betão, estes são sempre de base retangular.



Fig.68 - Canastro cheio de espigas

Tamende, Ponte da Barca

Fonte: <https://books.openedition.org/etnograficapress/6677>

criado entre a palha milha ou então era necessário elevar toda a cobertura cônica.

Os tipos de materiais utilizados na construção dos canastros eram vitais, isto é, para os paus da estrutura principal era utilizado o carvalho, uma vez que em contacto com o solo não permite a propagação por estaca e por ser uma madeira mais resistente. Já o vareado era feito de madeiras mais flexíveis, como o popularmente designado “sazo”⁸¹, salgueiro, mimosa e giesta, dependendo da região e do material que se consiga arranjar. Por fim, a cobertura é feita por palha milha e recoberta por uma camada de colmo.

A construção dos canastros não dispõe de uma data definida, podendo ser executados ao longo de todo o ano, contudo era mais usual construí-los antes das desfolhadas no mês de outubro. Estes canastros tinham uma duração de quatro anos podendo se estender até aos seis anos conforme a qualidade da madeira, no entanto, a palha utilizada na cobertura, tinha de ser reposta a cada dois anos por ser o elemento mais frágil.

Na região da Peneda-Gerês os canastros não eram exclusivos, eles coexistiam com os espigueiros propriamente ditos no mesmo território e até na mesma povoação, muitas vezes com funções subordinadas. O canastro era um espigueiro para as gentes de poucas posses, mas também eram frequentemente construídos por lavradores que tivessem uma boa colheita e em caso do espigueiro propriamente dito não ser suficiente para todo o milho recolhido.

É possível considerar os canastros de base redonda como uma construção arcaica, pelo facto de existir documentação de outras construções com funções semelhantes espalhadas pelo globo, o que demonstra que a origem destas estruturas remonta às construções primitivas de armazenamento de produtos diferentes do milho.

A área de difusão do canastro de varas em Portugal era principalmente o Minho serrano, ainda que essa difusão podia ser mais ampla na medida em que há registos de vestígios em regiões distantes, o que acentua a “expressão castreja da ruda paisagem das nossas aldeias serranas”⁸².

81 Não foi possível constatar o nome científico da árvore, visto que as pessoas só a conheciam como sazo.

82 Dias, J., Oliveira, E., Gadanho, F. (1994). *Espigueiros portugueses*. (1st ed.). Lisboa: Dom Quixote. pag.36

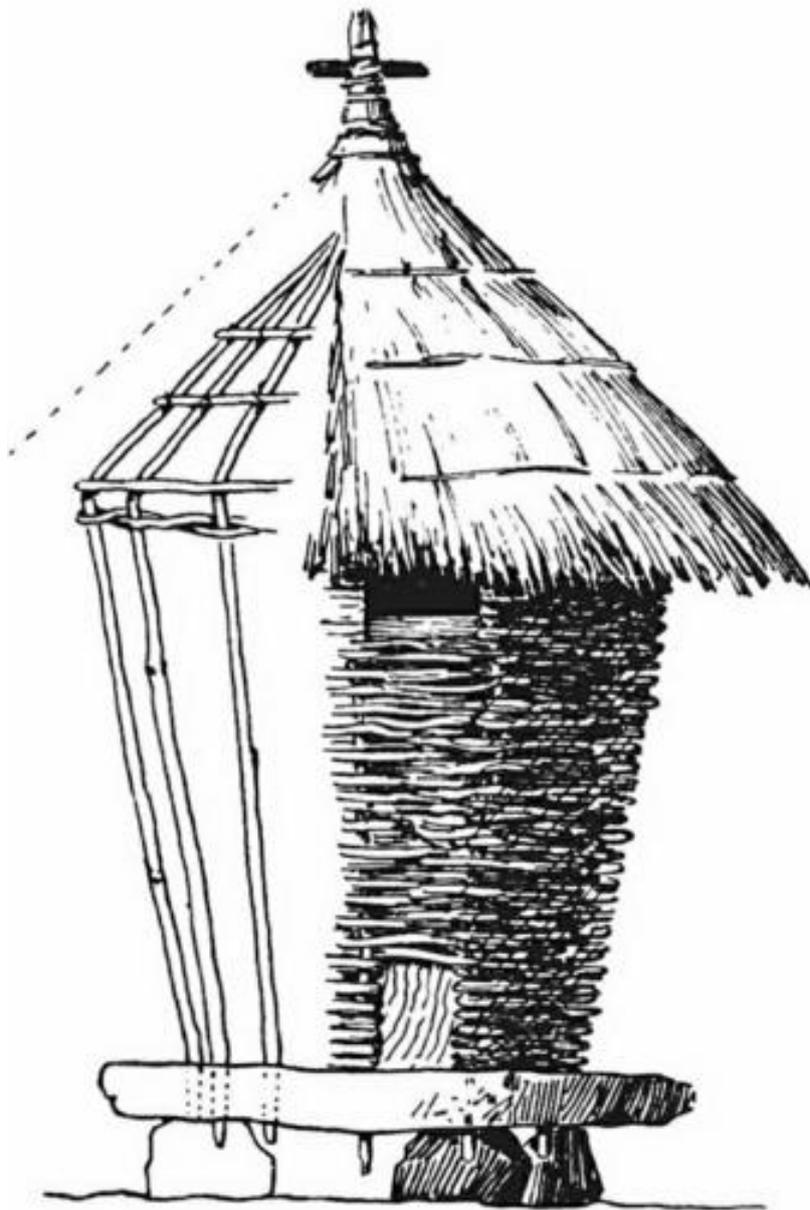


Fig.69 - Esquema da estrutura de um canastro

Outeiro, Viana do Castelo

Fonte: <https://books.openedition.org/etnograficapress/6642>



Fig.70 - Eira de Vilarinho de Souto

Vilarinho de Souto, Arcos de Valdevez

41°50'0.486" N

8°18'43.59" W



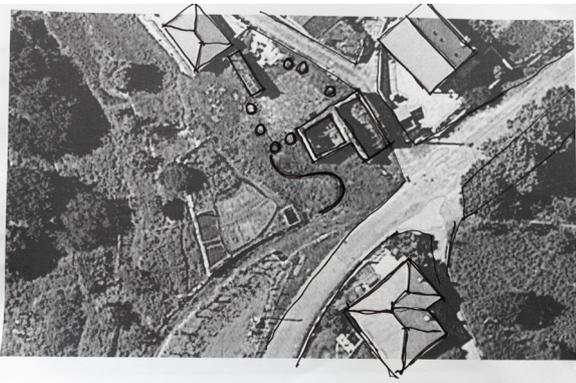


Fig.71 - Processo de estudo

Eira de Vilarinho de Souto

Com o abandono da agricultura, as eiras de Vilarinho de Souto, nos Arcos de Valdevez, estão cada vez mais a desaparecer, cobertas por vegetação ou alvo de mutação, isto é, convertidas em jardins rodeados por canteiros de flores, sofrendo um processo de descaracterização. Este fenómeno é algo bastante recorrente com os instrumentos da agricultura. Os carros dos bois e os arados, são exemplos que antigamente pertenciam ao dia a dia do campo e hoje são encarados como elementos decorativos nas frentes da casa.⁸³

A eira rodeada por canastros de varas em Vilarinho de Souto era uma prática comum, uma vez que apenas neste pequeno lugar existiam cinco espaços comunitários utilizados pela população local. Das cinco eiras reconhecidas, a escolha da eira distingui-se pela proximidade com a via principal da aldeia, e ainda foi tido em consideração a escala e o estado atual da mesma.

Para além dos catos e flores existentes que uma pessoa anónima se dedica a regar e tratar de ocasionalmente aquele espaço está esquecido, completamente em discordância com a envolvente. Este lugar vazio, outrora reunido pela comunidade, compete agora com a berma do outro lado da estrada, onde os vizinhos se juntam para pôr a conversa em dia.

Este ponto de encontro tornou-se crucial para o desenvolvimento da proposta, dado que permitiu a aproximação com a vizinhança que não hesitou de entrar em contacto connosco logo nas primeiras visitas. Os boatos começaram a surgir e já toda a aldeia pensava que haveria uns possíveis compradores das ruínas presentes na lateral da eira.⁸⁴

Estes primeiros encontros tornaram-se muito informativos na medida em que nos permitiu conhecer as várias histórias de momentos passados nesta eira aquando a infância dos moradores locais, no entanto, as memórias deste espaço já se encontram muito distantes, segundo os testemunhos facultados já não se constroem canastros de varas em Vilarinho de Souto há mais de 50 anos. A única marca deixada da existência destas construções são hoje, apenas umas pedras circulares com um diâmetro de aproximadamente 1,2 metros em volta da eira, intuitivamente utilizadas como bancos ou mesas.

Apesar de se tratar de uma construção relativamente fácil de executar, o maior problema é a falta de madeira de “sazo”, que existia com abundância junto à margem antes das construções das barragens no

⁸³ Domingues, A. (2011). *Vida no campo*. (1st ed.). Porto : Dafne Editora.

⁸⁴ Existem, adjacentes à eira dois edifícios em ruínas que funcionam como barreira entre o antigo espaço comunitário e a estrada principal existente. Estas construções, segundo os locais, destinavam-se no passado, à habitação de duas famílias numerosas, um desses edifícios possuía ainda um lagar no piso inferior e um palheiro no piso superior. Atualmente, as estruturas graníticas são vítimas do abandono, sem tetos e sem algumas das paredes, já possuem vegetação no seu interior. É de frisar a forte ligação entre a eira e a casa onde se localizava a adega, visto que o acesso era apenas feito através de uma pequena escada a partir do espaço comunitário.



Fig.72 - Fotomontagem da proposta

rio Lima. No tempo presente, a dificuldade acresce por se encontrar praticamente tudo submerso. Há ainda a possibilidade de utilizar outros tipos de madeira, porém, o “sazo” é essencial para a construção da abertura inferior, por ser uma madeira bastante flexível. Após executada a abertura é possível utilizar outras madeiras para o substituir, tais como a mimosa, o salgueiro e o loureiro.

Além do tipo de madeira é também crucial que a construção do canastro seja feita com varas que possuam uma espessura entre 2 a 3 centímetros de modo a facilitar o entrelaçar da madeira. Também os prumos, os paus maiores de carvalho, deveriam obter a mesma espessura dos buracos nas pedras, de forma a que ficassem bem encaixados.

Antigamente, esta madeira era preparada junto ao rio com uma foice, reunida em molhos para serem posteriormente carregados pela encosta a cima até chegar a aldeia. Aí eram guardados dentro das poças que serviam para regar o milho com o objetivo de garantir que a madeira permanecesse verde, para não quebrar na dobragem da construção do canastro.⁸⁵

Assim, reconhecendo o valor local que estas estruturas outrora adquiriam, o projeto pretende reconstruir os canastros de varas uma vez que já não existe fisicamente nenhum exemplar e ainda pelo facto de já serem poucas as pessoas da aldeia que têm conhecimento do processo de construção.

A inexistência de exemplares revela ser essencial a sua reconstrução, assim como a interpretação e reflexão sobre esta técnica construtiva. Desta forma, surge ainda a intenção de inserir um “muro” de varas que pretende resolver o problema de ligação da eira, uma vez que quem passa pela via principal da aldeia de Vilarinho de Souto não a vê, pois, as casas existentes funcionam como barreira da mesma.

A intenção deste “muro” é a de guiar as pessoas para este espaço comunitário e ao mesmo tempo pretende funcionar como um lugar de exposição. A utilização deste elemento trata-se de uma influência gerada pela análise da região, uma vez que se trata de uma marca que surgiu sempre na paisagem do Peneda-Gêres.

As fotografias das viagens demonstram essa presença no território, assim como a variedade de formas e usos, isto é, tanto surgem muros em socalcos como por exemplo muros de divisão de terrenos. O elemento que melhor se relaciona com o propósito do projeto são os próprios fojos do lobo, extensos muros com quilómetros de distância que funcionavam como armadilhas engenhosas em que o seu propósito era guiar o animal para um sítio específico. Mesmo os elementos contemporâneos como as barragens são enormes muros. Afinal, trata-se

⁸⁵ Para a obter esta informação precisa sobre o modo como era realizado o canastro na eira de Vilarinho de Souto foi essencial os vários encontros com a sua população, em que com o grande apoio do Presidente da Junta Horácio Cerqueira foi possível esse contacto. O Sr. Afonso e do Sr. Gomes foram as últimas pessoas a construírem um canastro na aldeia e provavelmente na região, ainda existe parte na sua estrutura perto da eira da intervenção, e não hesitaram e contar as suas histórias de infância quando esta prática era comum e o modo como se realizava a sua construção.



Fig.73 - Recolha de madeira

Vilarinho de Souto, Arcos de Valdevez

41°50'0.486" N

8°18'43.59" W

de uma paisagem manipulada por muros.

O muro da proposta é um elemento simbólico que pretende explorar a relação com a topografia e com o edifício envolvente, criando momentos de compressão e alargamento entre a parede e as ruínas adjacentes. A ideia surge em prole da abstração do “ruído” visual das construções envolventes, da estrada, e da própria paisagem, de modo a criar um percurso de entrada para a eira comunitária. Assim é privilegiado o olhar sobre as imagens expostas na estrutura construída.

Formalmente, o muro trata-se de uma curva e contracurva consequente da topografia e do próprio sistema construtivo. Esta é uma característica das próprias aldeias de montanha que devido às grandes variações de cota obrigam uma modelação orgânica do terreno.

O objetivo fundamental da proposta é tanto a reativação do espaço da eira, como a reativação da cultura popular, não para fins turísticos ou de propaganda, mas sim para a população residente de modo a interpretar as suas tradições e a reutilizarem as construções e sistemas construtivos tradicionais. A partir desta reinterpretação poderão surgir novas formas de pensar o património físico, que se encontra em abandono, mas também do património cultural, que está cada vez mais perdido na memória coletiva das comunidades. Por fim pode ainda contribuir para uma necessária reativação da paisagem de montanha refletindo sobre o modo como a moldamos.

Como se trata de um projeto em que a participação da comunidade local é indispensável, a sua execução foi alvo de alguns obstáculos. A aceitação por parte da população foi surpreendente, tanto pela motivação que demonstraram como pela disponibilidade. No entanto, com a criação de um evento cultural surgem outros interesses, que por um lado tem ajudado na organização, mas por outro tem atrasado um projeto que pretendia ser espontâneo e singelo.

Ainda assim, houve já duas tentativas de execução, porém foram adiadas pela falta comparência das pessoas necessárias com o conhecimento pretendido acerca da construção dos canastos. Por motivos de saúde essas pessoas não puderam estar presentes nas datas marcadas, no entanto, continua a mesma motivação de execução do projeto que ainda aguarda por outra oportunidade.

Este processo tem levado por fim a uma interação com a população que tem vindo a ser estudada ao longo desta dissertação. Observada sempre por detrás de uma máquina fotográfica e com contínuas interações espontâneas, com quem nos encontrava na serra e nas aldeias, esta intervenção significa uma definitiva relação com um povo ao qual se reteu um conhecimento indispensável. Deste modo, também a proposta é como uma retribuição do apoio dado durante meses não só da aldeia de Vilarinho de Souto como de todas as outras percorridas.

Conclusão



Fig.74 - Panorâmica dos Espigueiros no Lindoso

Fonte: Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitetura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. pag.66-67





Fig.75 - Espigueiros do Lindoso atualmente

41°51'58.452" N

8°11'58.405" W



A transformação da paisagem e o crescimento económico estão diretamente relacionados. Deste modo, a riqueza e o bem-estar social acabou por afastar o ser humano das suas necessidades primitivas e fundamentais para a sobrevivência que o prendia à terra. O Portugal, retratado por Orlando Ribeiro e pelo inquérito à *Arquitectura Popular Portuguesa*, demonstrava pobreza e uma escassez de recursos, mas além disso também ilustrava a perseverança de um povo, de uma constante luta pela sobrevivência.

A qualidade da arquitetura e do desenho era resultado do uso das matérias-primas disponíveis, que eram limitadas. Por outras palavras, como a terra dava pouco, o desenho era uma oportunidade, o que levou a uma organização espacial e a sistemas construtivos perspicazes, inventivos, mas sempre precários. Assim, as arquiteturas refletem a identidade de um povo, os obstáculos e a luta pela sobrevivência não só individual, mas também de toda a comunidade a que pertence.

O primeiro sinal de rutura deu-se com a emigração, com o abandono dos campos agrícolas, que se seguiu de uma construção em massa de novas habitações em volta dos núcleos antigos das aldeias. A arquitetura, dita popular, caracteriza-se por uma relação estreita com o meio envolvente em que se insere. Assim que a terra foi abandonada, também as antigas habitações foram rejeitadas, por já não cumprirem com os novos requisitos, as casas são impulsivamente eliminadas e transformadas por casas de sonho, geralmente com uma escala desmesurada. Os construtores, com conhecimentos tecnológicos insuficientes, começaram a utilizar materiais estandardizados como ferro, argamassas de cimento, tijolo e alumínio, afirmando o seu elevado patamar de desenvolvimento social.

A arquitetura popular ligada às necessidades e aos costumes dos seus utilizadores significava a coesão de uma tecnologia com os materiais e com o seu programa, para formar um meio físico determinado. Esta arquitetura, hoje substituída pela liberdade do desenho, era condicionada pela função e disponibilidade dos materiais locais. Deste modo, as limitações impostas pelo meio vão sendo cada vez mais ténues e surge uma nova organização espacial, utilizando o território de forma expansiva.⁸⁶

Este processo de transformação acelerado, que afetou as construções e o seu meio, surge devido a uma crise nos tradicionais valores ideológicos. Não é pretendido que as pessoas percam o direito a melhores condições de vida, contudo, deve-se refletir sobre as melhores contribuições que cheguem do exterior, com a consciência de que um edifício não existe sem a sua envolvente. Assim, a arquitetura não se deve abster dos seus utilizadores, do seu contexto cultural e das suas preexistências espaciais, para conseguir uma correta relação com o meio e evitar a perda de identidade.

Na verdade, o espaço encontra-se sempre em constante mutação, o próprio Parque de Campismo de

86 Llano, P. (1996). *Arquitectura Popular en Galicia: Razón e Construcción* (1st ed.). Corunha: COAG.

Travanca está inserido num antigo viveiro florestal, que por sua vez era uma branda. Não obstante, o que se verifica não é uma evolução moderada da arquitetura e da paisagem, mas um tempo civilizacional totalmente diferente.⁸⁷

Depois de todos os percursos realizados e de todas as visitas, as imagens de Rocha Peixoto, Jorge Dias, António Menéres e de Orlando Ribeiro compõe um imaginário nostálgico que levantou várias questões: Como as pessoas viviam? Como percorriam aqueles caminhos? Onde estão aquelas paisagens? Apesar de ser um passado relativamente próximo, é efetivamente uma realidade distante. Por um lado, as aldeias encontram-se cheias, cheias de novas construções e vias, porém estão vazias, sem pessoas e sem propósito. As casas estão abandonadas, os espigueiros já não armazenam nada, apenas a memória de um passado. Nas fotografias destes autores viam-se constantemente crianças na rua, pessoas a trabalhar, as leiras sempre em uso e o fumo a sair das chaminés. Hoje, já não há chaminés. A ideia romântica que os media alimentam, das aldeias de montanha ainda compostas por casas de granito ou xisto amontoadas com a lareira acesa, é uma mera fachada.

As épocas são distintas e apesar de um movimento civilizacional ter as suas perdas também houve vantagens. O isolamento social, causado sobretudo pela dificuldade de acesso, está hoje em dia ultrapassado. Facilmente se consegue percorrer o Parque Nacional Peneda-Gerês de ponta a ponta, cerca de 150 quilómetros, acedendo a paisagens privilegiadas que antes poucos se aventuravam a explorar. No entanto, com o desenvolvimento da rede viária, a maioria das paisagens deixam de ser experienciadas para se tornarem lugares de passagem.

Concebe-se a ilusão de se conhecer tudo e de ter acesso a todas as paisagens à distância de um clique. Nunca foi tão fácil viajar, contudo, o facto de hoje em dia se poder conhecer o mundo sem sair do sofá desmotiva a uma viagem verdadeira. À medida que a distância entre o mundo real e o virtual vai reduzindo, também o território e a arquitetura são desenhados num processo de afastamento com a natureza própria de um lugar.

A interpretação subjetiva que resultou da observação realizada em 4 meses de trabalho de campo, proporcionou uma capacidade de análise, reflexão e decisão que apenas foi possível graças ao contacto direto com a realidade. Não só foi essencial para a resolução de um problema, a intervenção, mas também se revelou fundamental na investigação o levantar de questões. A permanência no meio sujeito às adversidades, permitiu uma visão honesta, que dirigiu, conseqüentemente, a uma abordagem de intervenção ponderada. A concretização ou não na proposta não é em si um fim, mas um estímulo para novas visões sobre o território e o património. Também se ambiciona que a imagem, como resultado da observação, assuma um papel relevante nas novas interpretações tanto para o Parque Nacional Peneda-Gerês como no resto do território.

87 Belo, D. (2012). *Portugal: Luz e Sombra: O País depois de Orlando Ribeiro* (1st ed.). Lisboa: Temas e Debates.





Bibliografia

Agência Lusa (24 de fevereiro de 2016). Autoridades tentam reduzir casos de caminheiros em dificuldades no Gerês. Publico. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2016/02/24/local/noticia/autoridades-tentam-reduzir-casos-de-caminheiros-em-dificuldades-no-geres-1724311>

Agência Lusa (10 de outubro de 2019). Parque Peneda-Gerês enfrenta “elevado abandono” e “envelhecimento profundo”. Publico. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2019/10/10/sociedade/noticia/parque-penedageres-enfrenta-elevado-abandono-envelhecimento-profundo-1889613>

Bandeira, P., et al. (2012). Missão fotográfica, paisagem transgénica. (1 st). Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Barros, F. (2015). Construção do território e arquitectura na Serra da Peneda - Padrão (Sistelo) e suas brandas - um caso de estudo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Beaujeu-Garnier, J. (1949). La géographie humaine, d'après Maurice Le Lannou. In Beaujeu-Garnier, J., et al., L'information géographique, (pp. 185-187). Paris: Armand Colin.

Belo, D. (2012). Portugal: Luz e Sombra: O País depois de Orlando Ribeiro (1st ed.). Lisboa: Temas e Debates.

Comissão de Coordenação da Região do Norte. (1983). Contribuições para a definição de um programa de desenvolvimento integrado para o Parque Nacional da Peneda-Gerês. (1st). Porto : C.C.R.N.

Corbin, A. (2001). L'homme dans le paysage. (1st). Paris: Les éditions Textuel.

Devy-vareta, N. (1989). Os Serviços Florestais no Século XIX Os Homens e as Ideias. FINISTERRA Revista Portuguesa de Geografia, Vol.24 N° 47, 105-116

Dias, J., Oliveira, E., Gadanho, F. (1994). Espigueiros portugueses. (1st ed.). Lisboa: Dom Quixote.

Domingos, G. (2011). Parque Nacional Peneda-Gêres 40 anos. (1st ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Domingues, A., Barros, F. & Viana, C. (2021, 6 de agosto). *Arquiteturas Tradicionais*. Conferência Dia do Brandeiro, Melgaço, Portugal.

Domingues, A. (2011). Vida no campo. (1st ed.). Porto : Dafne Editora.

Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural. (1981). Conclusões: II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património . (1st ed.). Braga: ASPA.

Gama, M. (2010). Conservação da natureza do Parque Nacional da Peneda-Gerês. (1 st). Porto: Canhões de

Pedra.

Gama, M. (7 de maio 2021). Contributo para um plano de acção estratégico para os próximos 50 anos da Peneda-Gerês. Wilder. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.wilder.pt/cronicas/contributo-para-um-plano-de-acao-estrategico-para-os-proximos-50-anos-da-peneda-geres/>

Gomes, J. (25 de julho 2020). Nove mortes no Parque Nacional da Peneda-Gerês desde 2012. Terras do Homem. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://terrasdohomem.pt/2020/07/25/nove-mortes-no-parque-nacional-da-peneda-geres-desde-2012/>

Lemos, F.S. (1980). Arqueologia do Parque, Revista Giesta, n.º1, 26-28.

Llano, P. (1996). Arquitetura Popular en Galicia: Razón e Construcción (1st ed.). Corunha: COAG.

Mateus, L. M. (1980). Intervenção museológica na área do Parque Natural da Peneda-Gerês. Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º, 5-6.

Neves, L. (2020) Exposição etnográfica – projeto de salvaguarda e dinamização da identidade territorial. In Nogueira, J., Simões, S., Teixeira, P. & Santos, A., Acontece in Loco – Dias de Campo (pp. 111-117). Arcos de Valdevez: ARDAL.

Pereira, P. (11 de maio 2021). “Com vontade de todos”, teleférico no Gerês é possível em quatro anos. Terras do Homem. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://terrasdohomem.pt/2021/05/11/com-vontade-de-todos-teleferico-no-geres-e-possivel-em-quatro-anos/>

Pinto, E. (16 fevereiro 2021). GNR investiga morte de lobos na Peneda-Gerês. Jornal de Noticias. Consultado em Novembro 11, 2021, em <https://www.jn.pt/local/noticias/braga/terras-de-bouro/lobos-abatidos-a-tiro-no-parque-nacional-da-peneda-geres-13358201.html>

Polanah, L. (1987). Comunidades camponesas no Parque Nacional Peneda-Gerês. (2nd ed.). Lisboa: Serviço nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

Porto Editora. paisagem no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. consultado em outubro 26, 2021, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paisagem>

Ribeiro, O., **Gaspar**, J., **Jacinto**, R., **Siza**, T.M. & Centro Cultural Raiano (Idanha-a-Nova, Portugal). (1997). Orlando Ribeiro e as terras de Idanha. (1st ed.). Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano.

Ribeiro, O. (1982). Paysages, régions et organisation de l'espace. In Scritti Geografici in onore di Aldo Sestini, Società di Studi Geografici, (pp. 879-893.). Florença: Società degli studi geografici.

Ribeiro, O. & **Santos**, M. A. P. (1951). Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica. In Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, (pp. 59-69). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Ribeiro**, O. (1986). A Arrábida : esboço geográfico. (3rd ed.). Sesimbra: Fundação Oriente.
- Ribeiro**, Orlando (1987). Entre-Douro-e-Minho.. Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I serie, Vol. III, 5-11.
- Rudofsky**, B. (1965). Architecture without architects: A short introduction to non-pedigreed architecture. (1st ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Silva**, M. (1980). PNPG – Projeto integrado de desenvolvimento cultural. Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º , 3-4
- Silva**, M. (1980). Parque Natural da Peneda-Gerês - Uma Oportunidade Única. Colóquio dos Amigos do Parque Natural da Peneda-Gerês, 1º , 1-3.
- Silva**, R. (2011). O Gerês: de Bouro a Barroso - Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais (1st ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Soares**, N. (2000). O núcleo megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez). in O. V., Jorge, Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica (pp. 369-374). Porto: ADECAP.
- Soares**, N., **Pimenta**, E. (2010). Arcos de Valdevez : fotobiografia de um território. (1st ed.). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- Sola-Morales**, I. (1995). Terrain Vague. In Davidson, C. & Anyone Corporation., Anyplace (pp.118-123). Cambridge, MA: Mit Press.
- Sousa**, T. (2009). Serra do Gerez Estudos - Aspectos - Paizagens. (2nd ed.). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Távora**, F., et al. (2004). Arquitectura Popular em Portugal. (4th ed.). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.
- Távora**, F., **Pimentel**, R. & **Menéres**, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. Arquitectura Popular em Portugal, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.

Vídeo

Giacometti, M. (Autor) & **Tropa**, F. (Realizador). (1974). Cantos Religiosos no Alto Minho [Programa de Televisão]. Arcos de Valdevez: RTP. Consultado em Agosto 12, 2021, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cantos-religiosos-no-alto-minho/>

Machado, C. (Moderador), Belo, D., Rodríguez, J., Catrica, P., Collovà, R (Intervenientes). (2020). Fotografia de Arquitetura: uma conversa a quatro vozes [Conferência]. Porto: Casa da Arquitectura, Consultado em Agosto 28, 2021, em https://www.youtube.com/watch?v=6hbuA6V7-CI&ab_channel=CasadaArquitetura

Mendes, H. (Realizador). (1964). Uma Batida aos Lobos [Programa de Televisão]. Gerês: RTP. Consultado em Agosto 17, 2021, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/uma-batida-aos-lobos/>

Imagens

- Fig.1** (pag.XIV-XV) - Lobios, Ourense (Espanha)
- Fig.2** (pag.5) - Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.3** (pag.6) - Gondoriz, Arcos de Valdevez
- Fig.4** (pag.7) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.5** (pag.8) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.6** (pag.10) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.7** (pag.11) - Sistelo, Arcos de Valdevez
- Fig.8** (pag.12) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.9** (pag.13) - Gondoriz, Arcos de Valdevez
- Fig.10** (pag.14) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.11** (pag.15) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.12** (pag.16) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.13** (pag.17) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.14** (pag.19) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.15** (pag.20) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.16** (pag.23) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.17** (pag.24) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.18** (pag.25) - Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.19** (pag.26) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.20** (pag.27) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.21** (pag.28) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.22** (pag.29) - Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.23** (pag.31) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.24** (pag.32) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.25** (pag.34) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.26** (pag.35) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.27** (pag.36) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.28** (pag.37) - Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.29** (pag.38) - Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.30** (pag.40) - Castro de Laboreiro, Melgaço
- Fig.31** (pag.41) - Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.32** (pag.43) - Vilar de Veiga, Terras de Bouro
- Fig.33** - Manhã de nevoeiro junto à Casa Florestal da Junqueira
Gondoriz, Arcos de Valdevez
- Fig.34** - Mapa do Parque Nacional Peneda-Gerês
Fonte: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnpg/popnpg-doc>
- Fig.35** - Nuvens cobrindo parte da Serra do Soajo
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.36** - Vista da padaria de Rouças
Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.37** - Parque de Campismo de Travanca
Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.38** - Mapa da Serra da Peneda e do Soajo
Fonte: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnpg/popnpg-doc>
- Fig.39** - Núcleo Megalítico Pré-histórico do Mezio
Soajo, Arcos de Valdevez

- Fig.40** - Marcos Miliários da Geira Romana
Campo do Gerês, Terras de Bouro
- Fig.41** - Antigo moinho abandonado
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.42** - Aglomerado da aldeia da Ermida
Ermida, Ponte da Barca
- Fig.43** - Aglomerado Vila do Soajo
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.44** - Construções em tijolo
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.45** - Lugares de Tibo, Rouças e Gavieira
Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.46** - Lugar de Rouças
Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.47** - Casa Urbana
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.48** - As “Levadas” nas ruas
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.49** - Eira da Portela da Leija
Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.50** - Casa popular transformada
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.51** - Alminhas à chegada da aldeia
Ermida, Ponte da Barca
- Fig.52** - Branda de Bilhares
Ermida, Ponte da Barca
- Fig.53** - Branda das Bosgalinhas ainda em uso
Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.54** - Prados na Serra da Peneda
Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.55** - Cortelho no socalco
Cabreiro, Arcos de Valdevez
- Fig.56** - Cortelho do Pastor
Cabana Maior, Arcos de Valdevez
- Fig.57** - Fojo do lobo em ruínas
Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.58** - Pastagem nos socalcos em pousio constante
Cabreiro, Arcos de Valdevez
- Fig.59** - Exploração mineira no alto da Serra Amarela
Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.60** - Viveiro da Casa Florestal de Tieiras
Gavieira, Arcos de Valdevez
- Fig.61** - Carros estacionados nas bermas
Sistelo, Arcos de Valdevez
- Fig.62** - Guia turístico no Castelo do Lindoso
Lindoso, Ponte da Barca
- Fig.63** - Família de javalis a atravessar a estrada
Soajo, Arcos de Valdevez
- Fig.64** - Antiga Central Hidroeléctrica de Paradamonte
Soajo, Arcos de Valdevez

Fig.65 - Aldeia de Aceredo submersa pela Barragem do Lindoso
Lobios, Ourense (Espanha)

Fig.66 - Pedras dos canastros na eira de Vilarinho de Souto
Vilarinho de Souto, Arcos de Valdevez

Fig.67 - Canastros do Soajo em Setembro 1902, fotografia de Rocha Peixoto
Soajo, Arcos de Valdevez

Fonte: Fototeca do Museu Nogueira da Silva

Fig.68 - Canastro cheio de espigas

Tamende, Ponte da Barca

Fonte: <https://books.openedition.org/etnograficapress/6677>

Fig.69 - Esquema da estrutura de um canastro

Outeiro, Viana do Castelo

Fonte: <https://books.openedition.org/etnograficapress/6642>

Fig.70 - Eira de Vilarinho de Souto

Vilarinho de Souto, Arcos de Valdevez

Fig.71 - Processo de estudo

Fig.72 - Fotomontagem da proposta

Fig.73 - Recolha de madeira

Fig.74 - Panorâmica dos Espigueiros no Lindoso

Fonte: Távora, F., Pimentel, R. & Menéres, A. (2004). Zona 1 - Minho. In Távora, F., et al. *Arquitectura Popular em Portugal*, (pp. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. pag.66-67

Fig.75 - Espigueiros do Lindoso atualmente

Fig.76 (pag. 154-155) - Sequencia de fotografias da estadia e dos percursos no Parque Nacional Peneda-Gerês

